

CIDADE, MEMÓRIA E NARRATIVA

REFLEXÕES E PROPOSTAS PARA A LEITURA E
RECONHECIMENTO DA HISTÓRIA NÃO-OFICIAL



Trabalho de Conclusão de Curso - 2015.2
Universidade Federal de Santa Catarina
Arquitetura e Urbanismo
Guilherme Galdo Ruchaud
Orientador: Lino F. B. Peres

SUMÁRIO

Parte 1

Introdução.....	3
A arquitetura na produção da cidade.....	5
A cidade como materialidade.....	7
A cidade como narrativa.....	11
Cidade e território.....	17
Breve história da segregação em Florianópolis.....	20
Testemunha do início da ocupação no Morro da Cruz: o Monte Serrat.....	28
O Recorte: a “centralidade diluída”.....	35
Objetivos.....	44

Parte 2

O Desenho.....	45
A Rua.....	46
Trecho 1: Nestor Passos.....	47
Trecho 2: General Vieira da Rosa.....	48
Trecho 3: General Vieira da Rosa.....	49
Sede da Copa Lord.....	50
Igreja.....	51
Caixa d’água.....	52
Posto de saúde.....	53
Escola Lucia Mayvorne.....	54
Borda do Parque do Maciço.....	55
Paisagem natural e cultural.....	56
Conclusões (ou não).....	57
Referências bibliográficas.....	58

Anexos

Referências de projeto.....	I
Croquis de desenvolvimento.....	VI

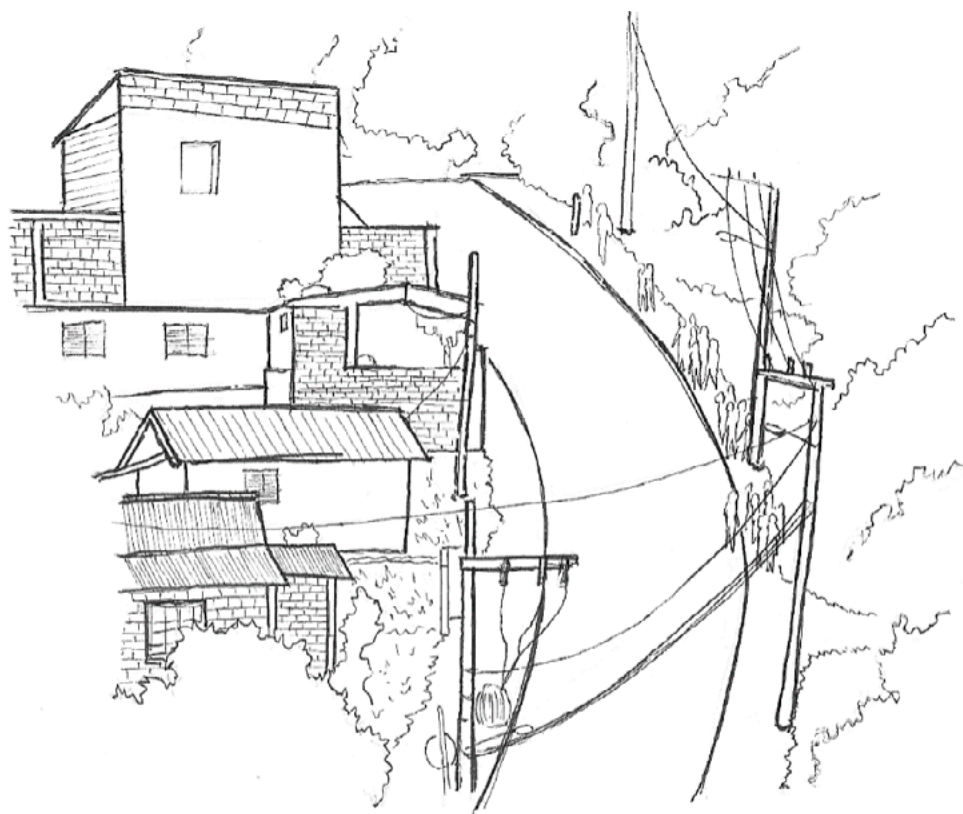
Introdução

Este trabalho nasce, como dificilmente poderia deixar de ser em um TCC, de uma série de inquietações caóticas e difusas desenvolvidas ao longo do período da graduação. Inquietações sobre o papel dos arquitetos e urbanistas, sua verdadeira participação na cidade como materialidade e como narrativa, sua relação com aqueles/as que eventualmente se venham a beneficiar de nosso trabalho. Em outras palavras: onde nos encaixamos?

Nossa inserção no processo de produção da cidade suscita uma série de discussões possíveis, com reflexos em aspectos que vão desde a materialidade e organização espaciais até os conjuntos de signos e valores que compõem a urbanidade. Essa busca interna por revelar nosso lugar nesse processo se propõe como uma forma de compreender melhor a nossa própria responsabilidade com a cidade, que, muito além de ser nosso objeto de estudo, é onde se reproduzem as relações humanas, onde o povo constrói sua História.

O enfoque que se propõe aqui na (re)discussão sobre a forma como lidamos com a memória coletiva e as noções de valor histórico na cidade é um recorte temático que ajuda a entender que papel temos de fato, e até onde estamos envolvidos com esse objeto de estudo. O recorte temático não pode ser desenvolvido sem que se discuta o tema em seu aspecto mais amplo.

Por outro lado, o próprio tema demanda outro recorte temático e espacial, em que se identifiquem aspectos relevantes e representativos para a discussão. Assim, este trabalho se refere à comunidade do Monte Serrat, localizada ao longo da encosta do Morro da Cruz, na área central de Florianópolis, como uma territorialidade que permite, por sua história e características atuais, um aprofundamento em diversos temas necessários ao desenvolvimento desta discussão.



A arquitetura na produção da cidade

A teoria arquitetônica (que aqui inclui a prática projetual, entendida como idealização de um espaço e de relações produzidas por ele) está presente no processo de produção de uma reduzida parcela da cidade, mas a prática arquitetônica não se detém diante de nossa ausência – e nem deveria fazê-lo. A materialidade da cidade, soma eternamente incompleta e mutante da materialidade das arquiteturas que a compõem, prescinde de nossa participação, mas parecemos incapazes de perceber essa cidade real em sua essência. Nós, acadêmicos e acadêmicas, compomos apenas um fragmento da sociedade, com o foco direcionado à leitura de um fragmento da cidade, e uma dificuldade em compreender a grande parte da cidade em cujo processo não estamos diretamente envolvidos (Pelli, 1986).

E, na mesma medida em que é limitada nossa percepção da cidade enquanto materialidade, conseqüentemente, também o é como narrativa. Pois, uma vez que não se reconheça, e que eventualmente se ignore, a natureza e a qualidade de uma expressiva parcela da arquitetura de fato produzida, fica fortemente limitada a nossa possibilidade de ler os processos e a própria História da arquitetura e da cidade. Uma percepção limitada desses processos históricos, e portanto da própria realidade, causa limitações à nossa própria possibilidade de exercer nosso ofício. Reconhecer essas limitações pode ser uma grande potencialidade no que se refere à produção das cidades, e para isso é necessário compreender também que parte da complementação desse conhecimento pode vir justamente do diálogo com aqueles que constróem cotidianamente os grandes fragmentos de cidade onde não nos envolvemos, opondo-nos à noção de que um espaço produzido de acordo com um ordenamento arquitetônico será necessariamente mais qualificado do que aquele de cujo processo não participamos. É imperativo também que superemos a noção de neutralidade científica (Netto, 2011), que nos impede de perceber que o ato de projetar, processo essencialmente

teórico de proposição alternativa a uma realidade, está sujeito a nossa carga de valores, que acabamos por impôr ao fruidor do espaço que propomos.

É essa inquietação insistente sobre nossa relação com o mundo que estudamos e propomos que me levou a buscar conhecer a realidade da arquitetura e da cidade que se produzem independentemente de nossa participação, e que pode mesmo ser a maior parte da arquitetura que é produzida. A diversidade resultante da construção “informal”, os processos de concepção, as condicionantes, espacialidades urbanas, o conhecimento gerado e aprimorado nesses processos, bem como as noções de valor e apropriação nesses processos, parecem constituir um potencial imenso ainda subaproveitado na teoria arquitetônica acadêmica. É preciso assumir um compromisso com a realidade, em que a cidade “informal”, sem princípios de ordenamento acadêmicos, é uma condicionante das cidades em nosso tempo (Arantes et al., 2002), e lidar com esse fenômeno de modo a entender melhor onde se encaixa o nosso conhecimento, e como ele pode dialogar com o conhecimento gerado e desenvolvido sob essas condicionantes. Reconhecer valor nessas espacialidades é ao mesmo tempo necessário e desafiador, uma vez que demanda que confrontemos nossos conjuntos de valores.



A cidade como materialidade

A forma que a cidade assume em sua materialidade pode ser entendida como uma resultante de atuações de atores individuais e coletividades que refletem o modo de produção de seu tempo. As cidades de épocas distintas se sobrepõem, alimentando e sendo alimentadas por “novas sensibilidades culturais” (Harvey, 1993), produzindo assim camadas que se entrelaçam e fazem da cidade um palimpsesto. A própria cidade capitalista já teve diferentes conformações em função dos períodos por que passou e continua passando o atual sistema econômico predominante no planeta. À cidade industrial se sobrepôs a cidade funcionalista, e a essa os modelos atuais de desenvolvimento, distintos entre si de acordo com o papel que cada país e cidade exerce na economia globalizada.

O pensamento predominante da cidade contemporânea, principalmente nos países periféricos da economia capitalista, é o chamado “planejamento estratégico”, que tem como uma de suas principais características a gestão “empresarial” da cidade, alinhada com o objetivo dos governos desses países de buscar o crescimento econômico como meta predominante a partir de uma “competitividade urbana” (Vainer, 1999). Desse modelo decorrem fenômenos como a espetacularização da urbe, que se reflete no próprio pensamento arquitetônico contemporâneo que busca grandes monumentos que se configurem como “ícones” que valorizam o produto a ser vendido. Esse pensamento se alinha com uma das principais mudanças de sensibilidade produzidas pela pós-modernidade, que se refere à valorização do indivíduo em sobreposição à coletividade: o elemento monumental confere mais “valor” (aqui entendido em diversos sentidos) do que a totalidade do conjunto, que assim muitas vezes se vê destituída de seu profundo significado histórico. Nesse momento, mesmo a busca pela preservação de arquiteturas consideradas históricas muitas vezes se submete a esses ideais, sendo entendidas como elementos que atribuem valor à cidade-mercadoria, de modo

que a seleção dessa preservação acaba por obedecer a critérios mercadológicos em oposição àqueles de memória coletiva, levando muitas vezes à fabricação de uma memória falsa que se considere mais útil ao propósito da cidade, e mesmo ao descarte de elementos com valor de memória que não contribuam com essa estratégia.

As principais cidades brasileiras estão profundamente inseridas nesse contexto, como se pode observar de forma mais evidente nos eventos recentes relacionados à Copa do Mundo de futebol de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016. No entanto, esse pensamento predominante não se restringe às grandes metrópoles, e ocorre em escalas diferentes nas nossas cidades, direcionando o pensamento dos gestores e empresários, muitas vezes intimamente relacionados de forma a viabilizar grandes projetos que contribuam com a construção de uma grande mercadoria a partir da cidade. Segundo Castells e Borja (1996), defensores do modelo do planejamento estratégico a partir da experiência de Barcelona, “O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança, etc) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas ‘exportações’ (de bens e serviços, de seus profissionais, etc)”.

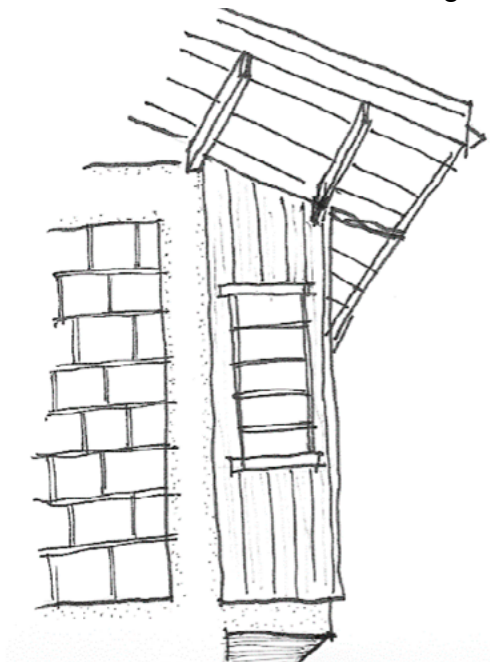


Nos diferentes momentos e modelos por que passou a cidade capitalista ao longo dos anos, no entanto, observamos diversos elementos em comum, na mesma medida em que o capitalismo se adapta mas continua com suas mesmas bases estruturantes há mais de um século. Em todos os momentos, à produção da cidade “formal”, dentro dos padrões estabelecidos conforme cada objetivo, se opõe um crescimento paralelo de outra cidade, caracterizada pela autoconstrução e normalmente pela precariedade, que atende a demandas ignoradas por não se enquadrarem nos objetivos buscados pelo pensamento predominante. Ora nos centros urbanos, ora nas periferias, essas cidades que crescem paralelamente e desafiam o discurso oficial sofrem com o abandono por parte das instituições, sendo ignorada, quando não combatida com o apoio de uma construção ideológica que deslegitima seus moradores e usuários. Essas grandes áreas da cidade são, em verdade, necessárias para o movimento de reprodução do capital, uma vez que é a sua presença que assegura a existência dos exércitos de mão-de-obra que desvaloriza a força de trabalho e eleva a exploração, e conseqüentemente a taxa de lucro na produção. A localização dessas periferias não é ocasional. São combatidas aquelas que se localizam em áreas que possuem expressivo valor econômico, e ignoradas (sob a ótica da produção capitalista, talvez estimuladas) aquelas que se localizam em áreas que não interessam ao mercado imobiliário, como encostas, morros, áreas alagáveis, etc.

Essas periferias “informais” e ilegais estão, portanto, totalmente inseridas na lógica econômica do mercado. Não são resultado de equívocos ou de descaso do poder público, como somos levados a crer pela historiografia oficial, mas sim uma parte essencial da manutenção do sistema. Tendo seu papel na cidade e na sociedade, essa lógica de ocupação se desenvolve paralelamente à cidade formal a que se opõe, em uma relação dialética e perversa. Essas condições são determinantes na forma de desenvolvimento desses espaços, que constituem uma territorialidade distinta em função de seu papel na economia urbana. A possibilidade de os trabalhadores construírem suas próprias habitações em locais que não interessem ao mercado constitui uma das estratégias para o aumento do lucro, uma vez que não é necessário ao empregador pagar pela força

de trabalho o suficiente para que o trabalhador possa se inserir no mercado formal. Assim, a autoconstrução é também uma das essências desses territórios, e é onde reside uma das principais distinções entre a cidade formal e a informal. Cada comunidade constituída na cidade possui suas próprias características, com base na cultura local, na origem desses trabalhadores, no ofício por eles desempenhado, no clima, etc. No entanto, sua relação com a cidade entendida como objeto abstrato resultante do modo de produção produz algumas características comuns a elas.

É importante ressaltar que a autoconstrução não se restringe a esses processos econômicos; no entanto, é nessas relações que adquire dimensão e significado para ser tratada como fenômeno. O papel da autoconstrução e da constituição dessas territorialidades não é ocasional, incidental: é uma parte essencial da História, e cuja essência é muitas vezes ignorada pela metodologia convencional dos estudiosos. Não se trata aqui de valorizar a precariedade nem de conferir-lhe ares românticos, mas sim de compreender o processo de maneira mais completa e menos fragmentada. Contar a história completa é necessário em diversas dimensões, e para isso é necessário compreendê-la como um todo interligado.



A cidade como narrativa

Uma das conseqüências mais tangíveis dessa leitura fragmentada e limitada da cidade está na forma como seus processos históricos são descritos. É sabido que a História não é uma disciplina neutra, uma vez que é uma ciência, e que nos livros constam diversas versões conforme aquilo que se busque legitimar. Dentro dessa lógica, as versões oficiais da História da cidade contam com um trunfo que é a própria matéria que se preserva como testemunho. É em grande parte nesse sentido que se insere a complexidade do estudo do que se convencionou chamar de patrimônio histórico. Catalogar, preservar e valorizar determinadas arquiteturas ou espacialidades são formas muito poderosas de contar uma História – e alguém tem a incumbência de contá-la.

Estudar a História das próprias ações preservacionistas no Brasil é essencial para entender como funcionam essas relações contraditórias entre os arquitetos e a cidade, a própria noção de valor na sociedade, e alguns mecanismos a partir dos quais deslegitimamos aquilo que não nos pertence, obedecendo tanto a interesses privados como a processos relacionados à ideologia e à idéia de neutralidade científica, conforme se pode observar na noção de civilização material de Afonso de Melo Franco, que, segundo Chuva (2011, p. 154), “percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura”.

“De um modo geral, estas ações [preservacionistas] estiveram articuladas com projetos ideológicos de formação e legitimação do Estado Nacional Brasileiro e tinham a finalidade de delimitar simbolicamente as fronteiras territoriais e suas riquezas, assim como construir um passado

e uma história nacional. Pautando-se em cânones artísticos, históricos e científicos europeus, as narrativas da nação elaboradas por estas instituições definiram um conceito de arte e de história, interpretando e cristalizando os fatos sob uma perspectiva político-militar. Nessas construções privilegiou-se o elemento branco colonizador, romantizou e idealizou-se o índio e excluíram-se os negros”. (PEREIRA, 2009, p. 12)



Nesse sentido, e dentro da lógica do conceito de ideologia, a “seleção” daquilo que deve ser preservado e da História que, assim, deve ser contada, é que pode ser explicada pela história da nossa sociedade, e não o contrário. Vicenzi (2010, p. 41) se refere ao conceito de patrimônio a partir de sua etimologia, com um “significado de herança, de um bem ou um conjunto de bens que se recebe do pai. Mas também é uma metáfora que remete para ‘o legado de uma memória coletiva, de algo culturalmente comum a um grupo’. (Sodré, 1988, p. 50)”. Se, no entanto, esse grupo é restrito a uma parcela da sociedade, aquilo que é reconhecido como

patrimônio será restrito também a essa parcela. Desse modo, o patrimônio, como campo de estudos, é também, como diz Pereira (2009, p. 11), um “campo de forças e de lutas, no qual diferentes grupos disputam na sociedade a legitimidade e a hegemonia de seus valores e significados”, e exprime as contradições sociais e relações de opressão historicamente estabelecidas. A rigor, essa área se insere dentro de um contexto no qual as idéias hegemônicas de cada período, uma vez que sejam influenciadas pelas próprias variáveis sociais que se propõe a explicar, segundo Chauí (1981, p. 20-21), “tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas”.

É necessário, assim, buscar ao menos tentar compreender esse complexo fenômeno da ideologia, e como a História que preservamos – e tudo o que reconhecemos como parte relevante da cidade – é talvez apenas um fragmento, o qual legitima relações históricas, contadas como se fossem um fenômeno natural, sob a lente da neutralidade científica, por si influenciada pela realidade objetiva, e por isso distorcida de antemão. Essencial lembrar que esse próprio processo de construção ideológica é também uma complexa estrutura da sociedade, e não uma “trama”.

“Não se trata de supor que os dominantes se reúnam e decidam fazer uma ideologia, pois esta seria, então, uma pura maquinação diabólica dos poderosos. E, se assim fosse, seria muito fácil acabar com uma ideologia”. CHAUI (1981, p. 92)

Se uma parte da história não é contada, não é por má-vontade ou determinação de indivíduos de uma classe que querem se manter no poder. Sua leitura da sociedade, no entanto, acaba por naturalizar determinadas relações que se referem ao nosso lugar na história. Resta-nos buscar, em um processo de abstração consciente, observar o movimento real da sociedade.

“As diferentes classes sociais representam para si mesmas o seu modo de existência tal como é vivido diretamente por elas, de sorte que as representações ou idéias (todas elas invertidas) diferem segundo as classes e segundo as experiências que cada uma delas tem de sua existência nas relações de produção. No entanto, as idéias dominantes em uma sociedade numa época determinada não são todas as idéias existentes nessa sociedade, mas serão apenas as idéias da classe dominante dessa sociedade nessa época. Ou seja, a maneira pela qual a classe dominante representa a si mesma (sua idéia a respeito de si mesma), representa sua relação com a Natureza, com os demais homens, com a sobrenatureza (deuses), com o Estado, etc., tornar-se-á a maneira pela qual todos os membros dessa sociedade irão pensar. A ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais, se tornam idéias dominantes”. (CHAUÍ, 1981, p. 92)

Entendendo-se com o que se relacionam esses mecanismos de preservação e como a ideologia se insere nesse processo de modo a criar uma narrativa oficial, é necessário desconstruir uma série de verdades que assumimos habitualmente. Se, por um lado, o que nós, acadêmicos, optamos por preservar possui de fato valor para a memória da cidade, por outro fica claro que essa memória é essencialmente fragmentada, dada a própria condição limitante a que nos submetemos desde o início de nossa formação. E, se queremos evitar a imposição de nossa verdade como única a toda a população, entende-se que os únicos que podem relatar a parcela ignorada da História são aqueles cuja História é ignorada pelos nossos mecanismos. E isso se refere, além dos elementos que optamos por reconhecer e preservar, aos objetivos conscientes desse processo e mesmo às metodologias adotadas. Essas questões estão presentes nas discussões atuais no campo do patrimônio histórico e cultural.

“Nas ações de proteção e salvaguarda, os sujeitos a que nos referimos são aqueles cujas relações estabelecidas com os bens culturais os tornam constituintes e constituídos por tais bens, numa dialética construção de identidades por meio de elos comuns ao grupo. Por haver uma concorrência para a atribuição de valores por grupos que se diferenciam por interesses diversos, as políticas públicas de patrimônio precisam, portanto, explicitar quem são os sujeitos que estão sendo privilegiados, para que não se tornem políticas “lobistas”. A título de exemplo, podemos pensar nos processos de gentrificação, que ocorrem, com frequência, em sítios urbanos tombados como patrimônio cultural. A percepção da cidade apenas como patrimônio cultural material induz a um entendimento limitado dos moradores e usuários cujos modos de vida estão vinculados àquele espaço.” (CHUVA, 2011, p. 163)

Diante desses questionamentos, cabe perguntar: qual é a memória do outro? Como é percebida a noção de valor (histórico, artístico, cultural) pelas coletividades que foram excluídas das narrativas oficiais? Se, de acordo com Meneses (2012, p. 33), “os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade”, o que possui representatividade nesses meios sociais que não somos capazes de reconhecer como qualificados ou mesmo legítimos, e que muitas vezes são mais antigos do que a maior parte da cidade? A busca por respostas para esses questionamentos, além de fornecer uma melhor compreensão dos processos em que estamos envolvidos, entende-se aqui também como uma busca por reverter uma lógica patrimonialista que impõe ao oprimido a memória do opressor como se fosse sua, destituindo-o de um valor de representatividade e da noção de oposição e opressão. A deslegitimação da memória do oprimido é, assim, uma forma de desestimular a própria luta por condições melhores de se inserir na sociedade. Quando o oprimido assume a memória – e assim a própria

lógica e forma de vida – do opressor, sua realidade torna-se ilegítima e seus esforços se concentram na busca por tornar-se aquele cuja história e modo de vida são reconhecidos pela historiografia oficial.

A dedicação à compreensão da História verdadeira, ou a um ‘Lado B da História’, oposto ao da História oficial e do que Hobsbawn (2006, p. 271) chama de “invenção de tradições”, tem papel essencial na desconstrução de idéias essenciais que trazemos do ambiente acadêmico, especialmente no que diz respeito a uma alegada falta de qualidade dos processos em que não estejamos diretamente envolvidos, de preferência com papel de protagonismo. Para compreender a espacialidade, a materialidade, os significados e outros elementos mais evidentes dessa realidade que se busca trazer à superfície, é preciso buscar conhecer os elementos que condicionam a produção e apropriação dessas territorialidades distorcidas pela historiografia. Sobre os novos desafios trazidos por esses questionamentos ao campo do patrimônio cultural, Meneses afirma:

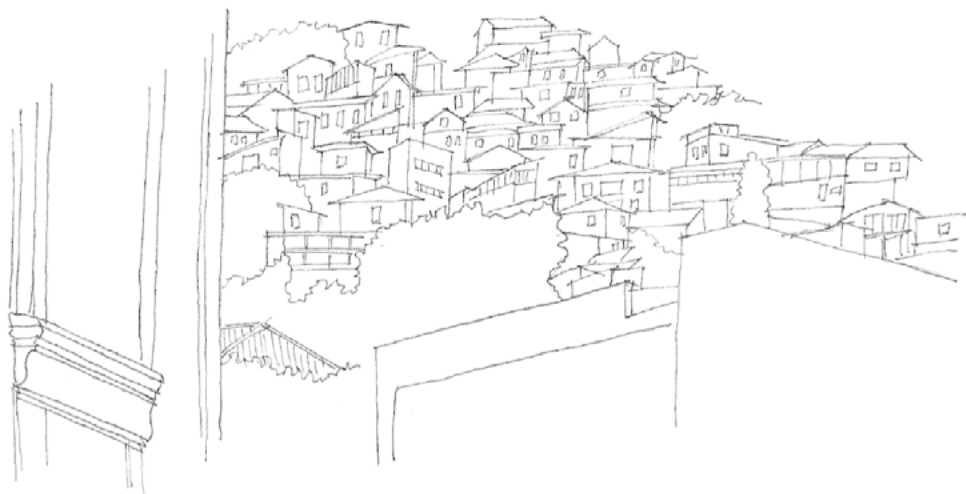
“Desse modo, a atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica rigorosa. Exige capacidade de ir além de suas próprias preferências pessoais. Mas por isso também é tão fascinante e gratificante, pois estamos tratando, não de coisas, mas daquela matéria-prima – os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos.” (MENESES, 2012, p. 39)

Cidade e território

Ao assumir que existe uma distinção entre uma cidade “formal” e outra “informal”, entendemos que as cidades informais que ocupam os meandros das cidades formais constituem, por sua lógica e processos históricos de crescimento, territorialidades distintas daquelas da cidade ordenada, que estamos acostumados a estudar, e por isso podem demandar metodologias distintas daquelas aplicadas usualmente. Do mesmo modo, a leitura do que possui qualidades, valor de uso, de apropriação, de memória ou cultura, nesses locais também requer uma forma distinta de leitura – talvez até na cidade “formal” essa discussão seja necessária, mas é imprescindível no objeto de estudo que temos aqui. Assumir essa distinção territorial e espacial pode ser um caminho mais prolífico e com resultados mais precisos do que tentar inserir esses lugares na lógica da cidade formal.

O conceito de território, tratado como “espaço de expressão e extensão do grupo” (VICENZI, 2010, p. 18), e como “suporte para a consolidação de uma vida em comunidade” (Id, p. 18), vai se formando na medida em que se ignoram e segregam partes da cidade, tanto em sua materialidade objetiva como em seus aspectos históricos e culturais. À medida em que admitimos que aquele lugar não nos pertence, que não fazemos parte dele, e que ele não faz parte da nossa cidade, criamos uma condição de isolamento que é consolidada pela ausência do Estado (a não ser por seus aspectos clientelista e repressor) e reforçada pela materialidade altamente contrastante que essa parte da cidade desenvolve com relação à outra. Essa relação de rompimento se aprofunda a ponto de não fazermos idéia do que há para além de uma determinada via, onde se inicia uma comunidade que se consolidou a partir de uma ocupação, e o conflito de classes cada vez mais violento no Brasil faz com que o medo mútuo acabe se tornando um dos principais elementos fomentadores desse processo de territorialização. No fim das contas,

distintas relações de produção produzem distintas formas de cidade, em uma relação conflituosa de territorialidade.



“Em nível ideológico, a segregação ocorre por dois movimentos bem diferentes. Por um lado, a relativa autonomia dos símbolos ideológicos com relação aos lugares ocupados nas relações de produção, produz interferências nas leis econômicas de distribuição dos indivíduos entre os tipos de moradia e de espaço (...) Por outro lado, a correspondência entre uma situação social e uma implantação espacial pode reforçar as tendências à autonomização ideológica de certos grupos e levar à constituição de subculturas ecologicamente delimitadas. A segregação pode favorecer a constituição de comunidades que, por um lado, reforçarão ainda mais as distâncias sociais e espaciais e, por outro, dar-lhe-ão um sentido dinâmico, transformando a diferença em contradição”. (CASTELLS, 1972, p. 263)

Para que se possa buscar uma conciliação e uma complementação de nossa leitura da cidade, é necessário, bem como buscar uma compreensão do funcionamento da cidade como materialização de relações econômicas, políticas e sociais, assumir a condição de eterna incompletude das diversas territorialidades da cidade, além de nossa falta de intimidade com o objeto de estudo. Entender que estamos lidando com um território, no sentido próprio da palavra, que não é o nosso; território no sentido de apropriação e pertencimento, que é causado pela relação complexa das pessoas com aquele espaço, que inclui desde a sua produção até a própria distância (nem sempre física) com relação aos espaços constituídos pelas instituições da cidade.

Compreender que processos guiam a formação dessa noção de territorialidade é essencial para evitar, por exemplo, mais uma imposição de valores e verdades que, em vez de qualificar o espaço dessas populações, pode criar um foco de “territorialidade alheia” no meio daquele território definido, que nunca funcione da maneira como se propunha – prática típica dos arquitetos que Kapp, et al (2012) denominam “arquitetos missionários”. Segundo os autores, “assim como o missionário prega sua cultura religiosa em lugares onde não é praticada, o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele, e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço”. (KAPP, et al., 2012, p. 4)

Entender de que forma os próprios detentores daquele território constituem as qualidades que buscamos e, se possível, potencializar esse processo, é mais próximo do nosso papel do que uma proposta rígida que reflita a nossa carga de valores. É necessário, assim, ouvir as pessoas, entender por parte delas como seu espaço é produzido, o que lhes é caro, e entender como esses relatos se relacionam com aquilo que foi estudado a partir de uma metodologia acadêmica, em um movimento de ida e vinda de escalas que se interceptam continuamente.

Breve história da segregação em Florianópolis

A história urbana de Florianópolis compreende as periferias formadas por trabalhadores desde o seu primeiro momento, quando Nossa Senhora do Desterro se resumia aos poucos e pequenos bairros que hoje compõem a parte mais antiga do Centro da cidade. Em um primeiro momento, o limite entre a formalidade e a informalidade era marcado pela atual Praça XV de Novembro.

“Distinguiram-se, portanto, dois tipos de traçado urbano interligados harmonicamente. Uma parte, lateral à praça da Matriz, foi organizada por vias perpendiculares e paralelas à mesma, que preservaram a estrutura fundiária original, enquanto aquelas ruas mais próximas do curso do rio da Bulha e do sopé dos morros foram implantando-se organicamente, sem um planejamento prévio”. (VEIGA, 2010, p. 210)

O entorno do Rio da Bulha foi, por muito tempo, o local de moradia daqueles que não tinham oportunidades de se inserir na cidade formal. Seus primeiros moradores foram, segundo Veiga (2010, p. 147), “trabalhadores modestos, provenientes das pequenas indústrias, do comércio e do funcionalismo público, contribuindo para o processo iniciante do adensamento da cidade”. É nesse local, a leste da Praça XV, onde hoje se localiza a Av. Hercílio Luz e seu entorno, que ficava o chamado “beco Sujo”, além do beco Irmão Joaquim, rua São Martinho, entre outros locais constituídos por construções extremamente precárias, erguidas por seus próprios moradores, e que sofriam com as enchentes do Rio da Bulha, já nessa época poluído pelos próprios dejetos dos moradores de Desterro, não somente aqueles do entorno do rio.



Entorno do Rio da Bulha em 1906.

Fonte: Acervo pessoal de Adolfo Nicolich da Silva



Entorno do Rio da Bulha em 1920, já durante as obras de canalização.

Fonte: Acervo pessoal de Adolfo Nicolich da Silva

Nos anos 1920, acompanhando um processo higienista que atingiu um sem-número de importantes cidades brasileiras, a municipalidade empreendeu uma grande obra de canalização do rio, construindo em suas margens uma imponente avenida bem arborizada e moderna, à época chamada de “Avenida do Saneamento”, a atual Av. Hercílio Luz. Assim como ocorreu noutras cidades, essa grande obra que embelezou uma parte do Centro trouxe também uma imediata valorização do solo, que teve por conseqüência a expulsão daquela população pobre. Enquanto a Av. do Saneamento recebeu em seu entorno obras imponentes em estilo eclético, entre residências e edificações institucionais, a população pobre se viu obrigada a migrar.

“O saneamento e a urbanização da avenida Hercílio Luz, nas imediações da qual muitos deles instalaram-se, parece ter expulsado parte da população humilde, que passou a instalar favelas ao sopé dos morros da cidade, ou conquistou um novo patamar na escala de habitações, organizando-se em vilas”. (Id, p. 147-148)

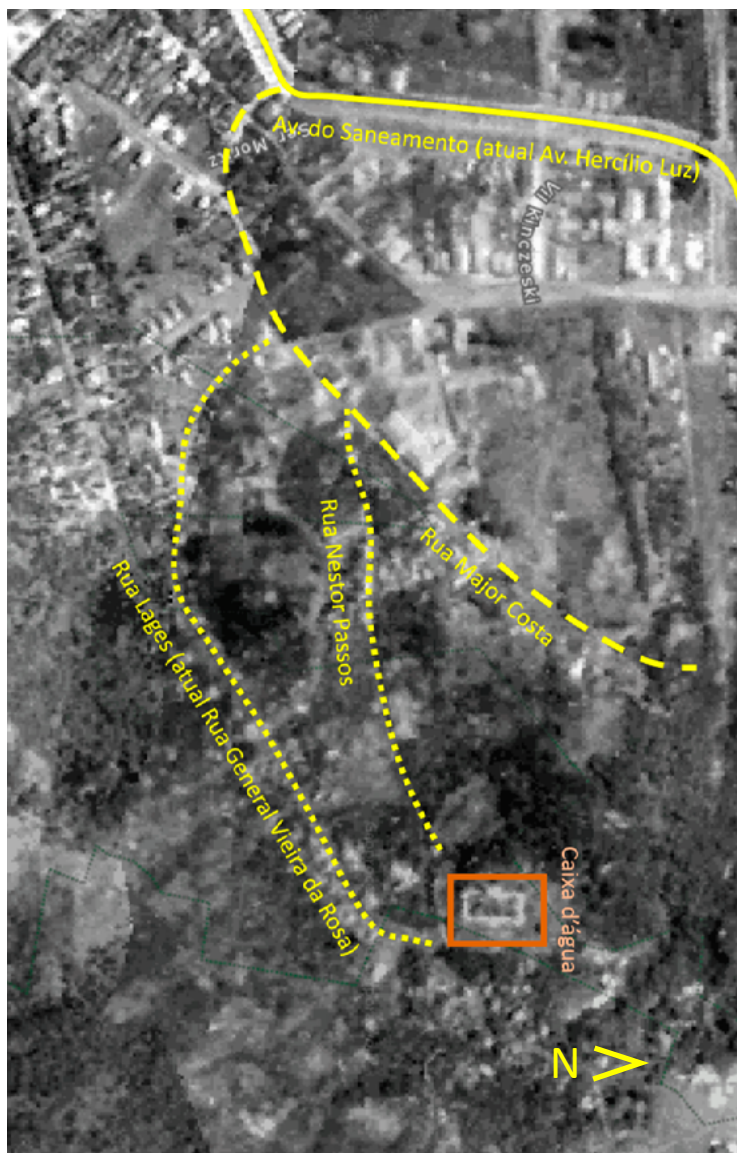


Canalização do Rio da Bulha em 1919.

Fonte: Acervo de Adolfo Nicolich da Silva

Pode ter sido o primeiro de outros processos de deslocamento da população pobre em Florianópolis, sempre para mais longe das áreas centrais. Uma pequena parte dessa população pobre passou a habitar vilas operárias, como a do Saco dos Limões e a da Rua Hoepcke, próxima à Fábrica de Pontas da família. Note-se que essas vilas operárias, obedecendo a projetos formais e que adequavam essas famílias a um modo de viver mais próximo daquele da cidade formal, hoje são reconhecidas como patrimônio histórico da cidade. A maior parte dos trabalhadores, no entanto, foram ocupar as áreas que ainda não interessavam às elites da cidade, no Morro da Cruz. Em fotografia aérea de 1938, já é possível observar uma ocupação bem solidificada ao longo de dois caminhos que sobem o morro nas proximidades da Av. Hercílio Luz, as atuais Rua General Vieira da Rosa e General Nestor Passos, além das atuais ruas José Boiteaux e Monsenhor Topp, no encontro entre a Av. Hercílio Luz e a Av. Mauro Ramos. Essas ocupações, ao longo dos anos subseqüentes, se expandiram em direção ao topo do morro, se constituindo em grandes e expressivas comunidades formadas e construídas por trabalhadores e trabalhadoras. Credita-se a localização dessas primeiras ocupações a elementos espaciais significativos preexistentes, como a caixa d'água instalada pela prefeitura em 1909 e seus respectivo caminhos de acesso e uma bica d'água que havia no alto do morro.

Todas essas ocupações iniciais se localizam hoje próximas a conjuntos históricos do Centro, que incluem edificações erigidas já em torno da Avenida do Saneamento. É importante salientar que o local para onde essas massas se deslocaram já possuía uma ocupação dispersa havia décadas. Segundo Peluso Junior (1991, p. 6), “O morro já apresentava ocupação em 1876, ainda que com casas isoladas, exceto nos lugares que correspondem às ruas Major Costa e Nestor Passos”.



Montagem sobre fotografia aérea de 1938, em que se podem observar as vias de acesso atuais ao Monte Serrat, bem como a caixa d'água e alguma ocupação que já ia além das vias existentes, localizadas acima da cota da caixa d'água.

Fonte: Elaborado pelo autor sobre Geoprocessamento da PMF

Ao longo dos anos, essas primeiras ocupações, inicialmente muito precárias, foram adquirindo ares de “formalidade”, dada a estabilidade de seus moradores, que foram capazes de, aos poucos, adquirirem materiais para construir casas com uma materialidade mais firme, assemelhando-se assim à cidade formal de que foram expulsos. Hoje há poucos traços dessas condicionantes do início da ocupação na parte mais baixo do morro, ao contrário do que ocorre conforme se avança nelas em direção ao topo, evidenciando que o avanço o distanciamento da população mais pobre é um processo que continua desde aquele primeiro momento. Hoje é possível observar, nessas três ruas citadas anteriormente (Major Costa, Nestor Passos e Vieira da Rosa), algumas poucas edificações que, por sua caracterização arquitetônica, se assemelham muito a casas reconhecidas como patrimônio no Centro Histórico, e que, no entanto, jamais foram classificadas dessa maneira, evidenciando uma diferença de tratamento das instituições entre o centro e a periferia que, no caso do patrimônio histórico, não se refere à idade ou à forma arquitetônica dos locais estudados.



Antiga casa eclética nas proximidades da caixa d'água do Monte Serrat, datada de 1926 de acordo com o cadastro da PMF.

Fonte: Acervo pessoal

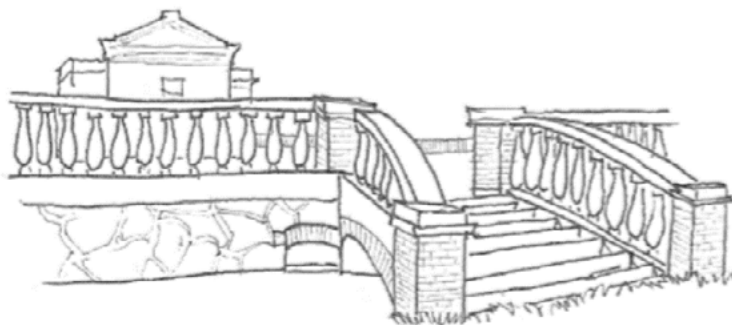
Apesar desses referenciais arquitetônicos que exemplificam essa diferença de tratamento, a maior parte desses locais não é composta, mesmo com sua idade, de arquiteturas que denotem um testemunho dos tempos em que a área começou a ser ocupada. Isso se deve também à própria dinâmica de constituição desses espaços autoconstruídos, em que as edificações vão adquirindo uma materialidade mais sólida ao longo dos anos, conforme as populações se estabelecem e têm condições de melhorar suas casas, inicialmente muito precárias e feitas sob uma demanda imediata de moradia. Ainda assim, os tecidos urbanos e as próprias relações de escala são testemunhos importantes de um processo decisivo para a formação da cidade de Florianópolis. A forma como esses territórios se constituíram é ainda hoje evidente no traçado das vias. As ocupações mais antigas ainda ocorrem em torno de uma ou duas vias estruturadoras, tortuosas em função da declividade do terreno e das dificuldades da época, com poucas e pequenas vielas que partem dessas principais. Os espaços públicos raramente são outros que não as próprias ruas, e mesmo as edificações de maior importância histórica e/ou simbólica (igreja, escola de samba, terreiro, centro comunitário, etc) se diluem na massa construída do entorno, sem uma implantação que lhes dê destaque, evidenciando a falta de ordenamento como entendemos na teoria urbanística convencional. Esse fenômeno, sobre o qual falaremos mais adiante, se observa em diversas comunidades entre as mais antigas, como a Angelo Laporta, onde o Terreiro do Pai Leco, um dos mais antigos e importantes de Florianópolis, já ocupou mais de um local e hoje está em uma casa que não se destaca no traçado urbano; e nas diversas arquiteturas representativas para a História do Monte Serrat, que se distribuem ao longo do bairro, como trataremos a seguir.



Mapa das comunidades do maciço do Morro da Cruz e do Rio da Bulha, de onde foram removidas as ocupações que impulsionaram as primeiras ocupações do maciço.

Fonte: Elaborado pelo autor sobre mapa base do Google Earth

Testemunha do início da ocupação do Morro da Cruz: o Monte Serrat



Entre essas primeiras comunidades que se formaram no Morro da Cruz encontra-se o Monte Serrat, que já possui edificações desde o início do processo de expulsão dos moradores do Rio da Bulha. Hoje, trata-se da maior comunidade, e a única, entre as acessíveis pelo Centro, que se conecta com o outro lado do morro, a partir da Avenida Transcaieira, construída sobre o trajeto de uma trilha tão antiga quanto o início da ocupação do morro. Trata-se de um recorte extremamente importante, pois denota o processo em todos os seus momentos. Possui edificações que possuem padrões muito similares às aquelas antigas no Centro Histórico, notadamente ecléticas; outras que foram construídas pelos próprios moradores entre os anos 30 e 60; casas de alvenaria, sem obedecer a um padrão formal, que são na maior parte das vezes a evolução de casas mais simples que ocupavam o terreno décadas atrás; e mesmo casas ainda muito precárias, constituídas há poucos anos, que denotam a continuidade da expansão no morro e a forma como se dá esse tipo de ocupação na atualidade. Como se trata de uma localidade muito antiga, preserva ainda alguns locais de valor reconhecido pela coletividade da comunidade.

No Monte Serrat observa-se um fenômeno interessante que acredita-se que também tenha ocorrido noutros lugares. A infraestrutura atual (viária, elétrica, hidráulica, etc), em sua parte mais antiga, foi executada pelo poder público obedecendo aos mesmo padrões de outras partes da cidade, mas se trata de elementos que são em verdade uma seqüência histórica de elementos precedentes que foram resultantes da autoconstrução. A pavimentação antiga, não mais existente, as primeiras ligações elétricas, feitas com postes construídos a partir de troncos de árvores, foram os elementos que, resultados de lutas, precederam a criação da estrutura formal que se vê hoje. Segundo relatos, a construção desses elementos uniam a comunidade em torno de objetivos comuns, criando uma rede de contatos e relações muito peculiar. Naquele tempo, no início da ocupação, entre os anos 1930 e 40, a maior parte da comunidade era formada por lavadeiras e suas famílias, de modo que o principal ponto de encontro das pessoas era em torno da bica d'água, hoje quase invisível – a maior parte da comunidade hoje trabalha ou no comércio formal ou em empresas terceirizadas de serviços de manutenção. Segundo Seu Teco, um dos moradores mais antigos e que participou ativamente da construção da infraestrutura e de diversas casas, a bica d'água perdeu importância e os locais de encontro entre os moradores se alternaram muito ao longo da história, geralmente em bares, permanecendo a igreja como um elemento de importância política, com as reuniões da comunidade e com vizinhos, a partir da intermediação dos Irmãos Maristas.



A Rua General Vieira da Rosa, ainda hoje a principal via de acesso ao Monte Serrat, antes se chamava Rua Lages. Tratava-se de uma estrada de chão batido com uma vala central, que se estendia da área plana do Centro até a igreja. A prefeitura de Florianópolis fazia a manutenção da via em todo mês de setembro em função da festa da padroeira da comunidade (N. Sr^a do Monte Serrat), no dia 8. No resto do ano a estrada ia ficando suja e esburacada, até que chegasse setembro. A seqüência da via aconteceu com a própria comunidade, que abriu o trecho seguinte quebrando pedras com picaretas. A feitura da pavimentação envolveu um desenvolvimento de tecnologia em função da necessidade. O engenheiro contratado pela prefeitura recomendou a construção de cintas para segurar as lajotas, mas essas só foram feitas nas partes mais inclinadas; seguidas enxurradas arrancaram as lajotas nas áreas mais planas, e assim os moradores refizeram a pavimentação utilizando cintas com um determinado afastamento, a partir da orientação do técnico. O asfaltamento, décadas depois, envolveu o desmanche dessa pavimentação histórica, que não possui registros a não ser nas memórias dos moradores mais antigos.



Mapa indicando o histórico da evolução da Rua General Vieira da Rosa

Fonte: Elaborado pelo autor sobre mapa base do Google Earth

À época, a autoconstrução era quase uma política de Estado: a prefeitura cedia os materiais para a construção de infraestrutura e os moradores faziam o resto por conta própria, incluindo, caso ocorresse, a contratação de mão-de-obra. Essa era rara, salvo quando era necessária em função de alguma questão muito específica, como um operador de equipamentos. A única exceção relatada foi na situação supracitada, quando a comunidade executou a pavimentação da via, ocasião em que um engenheiro foi cedido pela prefeitura para fazer o acompanhamento; no entanto, a postura dele, segundo relatos, era de reconhecer o povo da comunidade como conhecedor de suas próprias necessidades, de modo que seu papel foi basicamente de assessoria técnica.

Além da abertura das vias e da pavimentação, a comunidade também foi responsável pelas primeiras ligações de luz, com postes feitos de troncos de árvores, assim como de água e saneamento básico, essa já bem mais recente, com a intermediação de políticos locais. Os trabalhos eram feitos a partir de uma rede de solidariedade, em que cada um contribuía com seu próprio conhecimento, como mestres de obra, carpinteiros, eletricitas, etc. Aqueles que não dominavam nenhuma técnica ajudavam com o trabalho braçal, como carregamento de sacos de areia, pedras, etc; e aprendiam com aqueles que detinham a técnica para outras atividades, constituindo um tímido desenvolvimento tecnológico dado pela necessidade.

As casas dos moradores também eram feitas em mutirão entre os amigos e vizinhos. Nos fins de semana, segundo relato de Seu Teco, com o assoalho já posto sobre as pedras da fundação, os moradores realizavam bailes na casa ainda inconclusa, até que se construíssem as divisórias internas, inviabilizando as danças. Essas casas eram todas de madeira, e já não sobrou quase nenhuma. Segundo Seu Teco, há apenas uma, próxima à antiga bica d'água, que foi feita para uma senhora e seu marido que era operário da fábrica de bordados da Hoepcke, na área central. Eles antes moravam numa casa de “estruque” (barro), e os vizinhos ajudaram a construir uma de madeira. A casa segue de pé como uma testemunha que se dilui na paisagem da comunidade.



Casa antiga, testemunho de décadas atrás no alto do morro
Fonte: Acervo pessoal

A característica original do Monte Serrat foi se modificando de maneira mais sensível como consequência dos grandes fluxos migratórios em direção a Florianópolis dos anos 1970 e 80. Grandes quantidades de novos moradores vindos de diversas regiões do Estado (e mesmo de fora) chegaram a uma comunidade que já havia conquistado grande parte da infraestrutura presente hoje, e as redes de solidariedade resultantes dessa construção inicial foram se tornando mais frágeis. Os elementos culturais tradicionais, como a Festa do Divino, foram perdendo importância para as novas gerações, que já não são tão engajadas na construção da comunidade, papel quase relegado àqueles que participaram desses processos no passado. Não se pretende aqui buscar uma romantização desse passado, uma vez que essa construção aconteceu por uma extrema necessidade resultante de processos históricos perversos. No entanto, essa necessidade criou uma série de características positivas de natureza imaterial cuja memória necessita ser valorizada, como o desenvolvimento tecnológico e as redes de solidariedade que eram formadas.

O que existe hoje no Monte Serrat, ao menos sua parte mais

antiga, é um grande testemunho da história de Florianópolis, embora de uma forma diferente daquela a que estamos acostumados. A matéria que compunha a comunidade em seu crescimento já não mais existe, a não ser por raríssimos exemplares de muros de arrimo e casas de madeira que resistiram ao tempo. Em sua maioria, trata-se de vias asfaltadas ou com pavimentações contemporâneas, casas de alvenaria e instalações de infraestrutura formais. No entanto, todos esses elementos não são senão uma seqüência daquilo que foi iniciado aos poucos, décadas atrás, pelos moradores.

Em termos de representatividade, o Monte Serrat possui uma história rica e diversa, em certos momentos assumindo papel de protagonismo nas lutas das comunidades do Centro. Segundo relatos dos moradores mais antigos, há algumas décadas os Irmãos Maristas, chefiados pelo Padre Vilson Gröh, fizeram um importante trabalho de articulação das demandas das comunidades do Morro da Cruz através do chamado Fórum do Maciço, de modo a fortalecer suas lutas junto ao poder público. Esse trabalho foi de suma importância, uma vez que possibilitou trocas e empoderamento dessas comunidades, além do reconhecimento de uma identidade comum da cidade informal na zona central da cidade. Os Irmãos Maristas tiveram importância, inclusive, na reestruturação de uma escola municipal localizada no Monte Serrat, que chegou a um estado de quase arruinamento em função do abandono do poder público até que a entidade a assumiu. Apesar de ser uma entidade religiosa, os Irmãos Maristas praticam na escola princípios seculares e de caridade, de modo que a escola funciona tal como uma escola pública, gratuita e laica, aplicando uma metodologia pedagógica alternativa que inclui atividades de contraturno.

O momento atual, a partir de uma reorganização do Conselho Comunitário, é de se voltar novamente às demandas locais, segundo relatos, deixadas um pouco de lado a partir da união das demandas do maciço. Os jovens integrantes do Conselho Comunitário possuem certas divergências com as formas de representatividade historicamente consolidadas, como os próprios Irmãos Maristas, e vêm buscando autonomia em relação ao poder público e mobilização comunitária para o Monte Serrat. É interessante observar como são diferentes as percepções em termos do que se considera importante

ou representativo, entre os representantes mais antigos, que vivenciaram a própria constituição da materialidade da comunidade, e os mais jovens, que “herdam” uma série de relações urbanas extremamente complexas.

As preocupações atuais, segundo conversas com os integrantes do Conselho, se referem a questões como a autonomia, a representatividade comunitária e a própria percepção do Monte Serrat como parte da cidade, bem como outras questões mais objetivas, como a educação, frente ao abandono das escolas públicas por parte da municipalidade e do Governo do Estado, e os espaços públicos, uma vez que as ruas, historicamente apropriadas pela população, encontram-se entregues aos automóveis. Pode-se dizer que há uma forte consciência de classe e de manutenção de privilégios percebida nas ações do poder público, daí a necessidade da busca por autonomia. Há inclusive críticas às instituições de caridade, que, segundo relatos, não têm como prioridade o fortalecimento da comunidade, que assim permanece dependente do poder público ou da assistência. Nota-se a convivência, portanto, de temas bastante amplos, especialmente em termos de representatividade e autonomia, com outros mais objetivos como os espaços públicos e a educação, entre outros. A história do Monte Serrat continua a envolver intensas contradições, lutas e a necessidade de organização comunitária, remontando a suas origens.

O Recorte: A “centralidade diluída”

Após um bom tempo investigando temas gerais e mudando de temas específicos com uma grande frequência, optou-se por um recorte físico-espacial como objeto de estudo que represente e materialize os conceitos aqui estudados de maneira mais ou menos objetiva. E nesse caso, tendo-se estudado os temas de memória, informalidade, apropriação e territorialidade, entende-se que todas essas contradições estão parcialmente representadas em alguns elementos espaciais no Monte Serrat, como a caixa d'água, a igreja, a escola e a sede da Copa Lord, entre outros que se encontram igualmente diluídos no espaço da comunidade.

E é justamente essa diluição um dos elementos que destacam a espacialidade do Monte Serrat e de outras comunidades no Morro da Cruz com relação a outras áreas da cidade. Para tratarmos da questão da centralidade como um elemento formador do caráter do bairro, é importante antes conceituá-la como “ao mesmo tempo um local geográfico e um conteúdo social”. (CASTELLS, 1972, p. 311). Assim, muito embora possa soar tentador apontar a “centralidade” da comunidade em uma determinação espacial específica, como o encontro entre as ruas Nestor Passos e Gen. Vieira da Rosa, onde se localiza a caixa d'água, é preciso compreender a própria definição de centralidade para perceber que, em verdade, os elementos urbanos que poderiam constituir uma centralidade urbana se diluem ao longo do tecido, marcadamente linear, do Monte Serrat.

De acordo com Castells (1972), uma centralidade urbana pode ser concebida em vários níveis – econômico, político-institucional, ideológico, simbólico, meio de ação e interação. A correspondência de uma centralidade a uma ou mais dessas características pode variar com o tempo, enfraquecendo ou fortalecendo a percepção de um determinado espaço como centralidade pela própria população da cidade. Fazendo uma leitura do Monte Serrat a partir dos níveis de análise propostos pelo autor, é possível perceber que, para cada

leitura, correspondem um ou mais elementos urbanos, notadamente distribuídos pelo bairro, e propiciando uma leitura urbana muito distinta daquela a que estamos acostumados na cidade formal.

Em termos econômicos, ou seja, ligados às trocas e ao consumo de mercadorias, observa-se, em verdade, uma grande dependência do Monte Serrat com relação ao Centro estabelecido de Florianópolis. Existem poucos estabelecimentos, e nenhum deles corresponde a um papel de referencial urbano no bairro. A principal mercearia, de fato, encontra-se na rua Major Costa, no pé do morro, enquanto somente alguns bares e outros pequenos comércios se distribuem ao longo da malha da comunidade. É nos níveis político-institucional e simbólico que essa “centralidade diluída” se manifesta de forma mais perceptível, em um processo muito relacionado à própria formação do bairro, em que seus moradores sempre trabalharam fora do bairro e sempre necessitaram de formas de organização para se desenvolverem. A representatividade político-institucional da própria comunidade se manifesta através das diversas formas de organização assumidas historicamente, cujo espaço de encontro sempre variou, tendo a igreja e a S.R.C.S. Copa Lord, espaço da escola de samba mas que é utilizado para reuniões das entidades representativas da comunidade, papel importante nesse aspecto. O poder estabelecido do Estado, por outro lado, se manifesta principalmente no Posto de Saúde na Rua Nestor Passos, na própria caixa d’água e na Escola Marista, que foi construída pelo poder público, muito embora hoje seja gerida pelos Irmãos Maristas. Em termos de meio de interação é muito perceptível o caráter diluído da centralidade, uma vez que, conforme relatos, sempre foi a própria rua, de característica notadamente linear, o local de encontro e de interação entre membros da comunidade, inclusive como espaço para as brincadeiras das crianças. A caixa d’água hoje propicia essa característica, principalmente aos fins-de-semana, e os pequenos botecos, de localização sempre variável ao longo dos anos, oferecem o espaço de encontro e lazer dos adultos, como ocorre em um sem-número de bairros Brasil afora.

Mapeamento dos elementos espaciais mais significativos da centralidade do Monte Serrat



Mapeamento dos elementos que constituem essa “centralidade diluída” conforme observado em Junho de 2015

Fonte: Elaborado pelo autor sobre mapa base do Google Earth

A caixa d'água se trata de uma construção de caráter essencialmente funcional, instalada no alto do morro há aproximadamente cem anos, com a função de abastecimento de água para a área central da cidade. Sua inserção no alto do morro se deu por razões técnicas ligadas à função da edificação, uma vez que a altura é essencial para que a água possa descer por gravidade pelas tubulações e atingir a pressão necessária para abastecer as casas do Centro. Nos mapas de 1938 já é possível observar a ocupação da atual Rua General José Vieira da Rosa indo muito além do local onde se localizava a caixa d'água, com o mesmo traçado tortuoso desenhado em respeito às curvas de nível que se vê hoje. É possível afirmar que a comunidade que se formou lentamente ao longo desse caminho no Morro da Cruz sempre conviveu com esse elemento marcante. Por esse processo histórico, a caixa d'água e seu espaço circundante hoje se manifestam como um corpo estranho no Monte Serrat, um elemento alheio àquela realidade, um fragmento

de formalidade no território da informalidade. Essa contradição se manifesta no âmbito da forma, na ordenação espacial e volumétrica, bem como na estrutura fundiária, na baixa densidade de ocupação do lote, na própria existência de um portão com uma guarita. Trata-se de um amplo espaço verde em uma cidade marcada por um crescimento irregular que nunca preconizou pela criação dos espaços públicos, os quais surgiram como resultantes dessa ocupação. Em outras palavras, a súbita transposição de uma lógica estranha àquele lugar, de maneira involuntária, como uma mera resultante de um processo guiado por padrões técnicos e funcionais. No entanto, esse elemento foi gradualmente sendo apropriado pela população, de modo que hoje encontra-se integrado essencialmente como área de lazer nos fins de semana, além de constituir um elemento identitário da comunidade. Entende-se que, por sua forma, a caixa d'água possui também o potencial de auxiliar na costura entre malhas urbanas, por se configurar como um espaço ambíguo, que pode, dependendo do tratamento e das atividades realizadas, atrair moradores da cidade que não se relacionam com esse espaço por desconhecimento e noção de não-pertencimento a essa realidade.



Caixa d'água histórica do Monte Serrat
Fonte: Acervo pessoal

A igreja é outro elemento de suma importância histórica. Construída em mutirão pela comunidade a partir de 1929, segue como um dos elementos que marcam essa centralidade diluída, sendo, muito além de uma instituição religiosa, um espaço de significado e que abriga reuniões entre as comunidades entre si e com o poder público, bem como festas e eventos. Permite observar como, em várias localidades urbanas, as instituições religiosas representam muito mais do que um objeto de fé, mas um objeto propriamente de representatividade e apoio comunitário. Trata-se também de um objeto com grande importância histórica, uma vez que a rua que estruturou o Monte Serrat, em seu primeiro momento, ligava exatamente o Centro à igreja, e foi dali que partiu a continuidade da rua em direção ao topo do morro. Encontra-se quase em frente à caixa d'água, em um local onde hoje há uma bifurcação entre as duas ruas de acesso à comunidade. Como testemunho histórico e elemento de representatividade, trata-se de um importante objeto de estudo.



Igreja de Nossa Senhora do Monte Serrat
Fonte: Acervo pessoal

Outro elemento essencial para compreender a história do local é a sede da S.R.C.S. Copa Lord, localizada mais abaixo, próxima ao Centro, na Rua General Vieira da Rosa. Uma das escolas de samba mais importantes de Florianópolis, a Copa Lord é também a segunda mais antiga (1955), e, além de representar a comunidade em si, representa também um evento anual que historicamente sempre rompeu momentaneamente o muro existente entre Centro e morro, formalidade e informalidade, que são os dias de carnaval. Existem diversas possibilidades relacionadas à Copa Lord também nesse sentido de costura de malhas urbanas, além de ser um testemunho da História do local e um objeto de representatividade. Possui importância também no sentido de se tratar de uma das edificações mais antigas e relevantes do Monte Serrat, e no entanto possuir uma materialidade pouco representativa, que se não fosse pela pintura que indica seu significado poderia estar totalmente diluída na malha do bairro. Essa arquitetura já sofreu e continua sofrendo alterações conforme as demandas de cada período, distanciando-se da conformação que tinha no tempo de sua construção e revelando uma das características identitárias dessa parte da cidade, que é a constante mutação de seus espaços.



Copa Lord
Fonte: Acervo pessoal

A Escola Lúcia do Livramento Mayvorne, localizada no alto do Monte Serrat, no que se pode definir quase como uma divisa entre essa comunidade e aquelas que se localizam do outro lado do morro, é um elemento que adquire cada vez mais importância ao longo do tempo e que possui um imenso potencial junto às demandas imediatas e subjetivas da comunidade. Constitui-se simbolicamente como o que se entende por futuro das crianças, um elemento integrador do hoje com o amanhã, além de, graças a sua história recente, representar um movimento forte de autonomia local com relação ao poder público, quase uma forma de resistência. Por possuir um espaço amplo, próximo ao recém-constituído parque do maciço, ao lado de um terreno vazio, e pela proximidade com outras comunidades, possui uma miríade de possibilidades a serem exploradas, nesse caso, mais no interior da comunidade e na relação dela com as vizinhas do que nessa relação com o Centro.



Escola Marista
Fonte: Acervo pessoal

Os próprios espaços públicos existentes, hoje precarizados, são um importante objeto de estudo. As ruas de acesso, hoje indistintas de outras tantas da cidade, são por si um elemento que conta a história do Monte Serrat, e que só existe graças à organização e luta da comunidade frente às duras demandas de seu tempo, conforme os relatos de Seu Teco. Hoje tomadas por automóveis, situação agravada pela construção da Transcaieira, avenida que cruza o morro e liga o Centro aos bairros do entorno da UFSC, a rua tornou-se um espaço descaracterizado de sua história e que oprime a comunidade com seu intenso tráfego de veículos. Uma vez que a nova via de ligação propiciou a viagem da UFSC ao Centro por um caminho mais curto, observa-se inclusive uma espécie de “invasão de território”, em que o espaço da comunidade, especialmente nos horários de pico, que coincidem com os da saída das crianças das escolas, fica tomado por automóveis em alta velocidade de pessoas que não possuem qualquer relação com o Monte Serrat, estando apenas de passagem. Esse fenômeno recente agrava ainda a dificuldade de acesso dos próprios moradores, que há alguns anos conquistaram linhas de ônibus que sobem o morro, mas que agora têm problemas objetivos de mobilidade em função do intenso tráfego de veículos, além da grande quantidade de carros estacionados em uma rua que é demasiadamente estreita para isso. Existem ainda outros elementos a destacar, como a o posto de saúde, que também é uma conquista histórica da comunidade, o recém-inaugurado Parque do Maciço, algumas casas mais antigas, a creche que se localiza próxima à escola, o Centro Cultural Escrava Anastácia, instituição de caridade ligada aos Irmãos Maristas, etc.

Assumir o caráter de centralidade diluída do Monte Serrat, que também existe em outras comunidades informais na cidade, é uma forma de contar a própria História e de respeitar a cultura desse território, além de oferecer uma experiência distinta de cidade com relação àquela da formalidade, geralmente mais segmentada em termos funcionais. Uma vez que esse elemento abstrato se trata de um testemunho dessa História ignorada, entende-se que possui uma grande importância neste trabalho.



Vistas de espaços públicos da comunidade, evidenciando a natureza sempre presente.

Fonte: Acervo pessoal

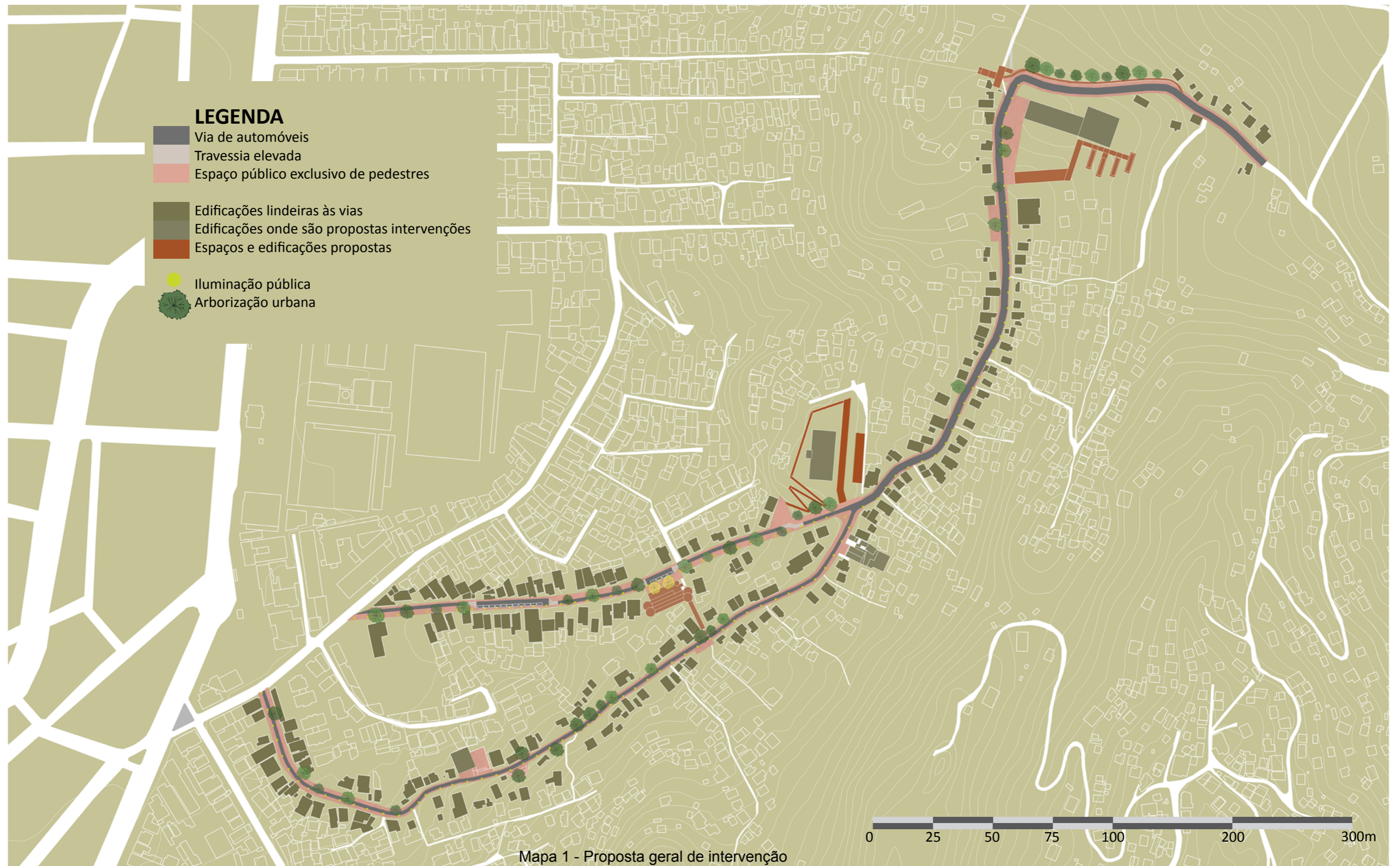
Objetivos

A intenção deste trabalho é revelar essa cidade oculta, construída a partir de lutas coletivas, que representa um dos recortes históricos mais importantes de Florianópolis, e dar visibilidade a suas qualidades e demandas. Trata-se, portanto, de um trabalho essencialmente conceitual, de busca por conhecimento da própria cidade e da própria História. No entanto, entende-se que a principal ferramenta de linguagem e expressão do/a arquiteto/a é o projeto arquitetônico, que não se deve ser entendido senão como processo teórico. Assim, o que se pretende neste trabalho é a proposição de uma série de pequenas intervenções que venham a valorizar e trazer visibilidade ao que o Monte Serrat possui que é considerado importante para a comunidade, em vez de uma grande intervenção autoral que lhes imponha uma verdade. Intensificar a leitura espacial com a própria comunidade e identificar esses elementos de valor foi a primeira etapa, seguida por uma busca dessas demandas imediatas que pudessem ser inseridas na proposição, e, por fim, do desenho em si.

É importante observar que, caso se tratasse de um projeto a ser de fato executado, o trabalho seria feito com participação constante dos atores envolvidos, reduzindo proporcionalmente a participação do arquiteto. No entanto, uma vez que se trata de um trabalho acadêmico, entende-se a necessidade moral de não tomar tempo e esforço da comunidade em algo que não lhe venha a trazer benefícios imediatos, senão em termos de visibilidade junto à escola. Desse modo, a proposta que se apresenta tem como base a consulta e conversas tidas com representantes da comunidade em diferentes momentos do trabalho, sem que, no entanto, tenha havido um envolvimento mais profundo desses atores no trabalho.

O DESENHO

Para cada um dos elementos identificados anteriormente, trago a seguir objetivos a serem alcançados e propostas direcionadas nesse sentido, tendo como objetivo principal o reconhecimento de valor e uma melhor leitura dos elementos e espacialidades identificados junto à comunidade.



A RUA

Objetivos:

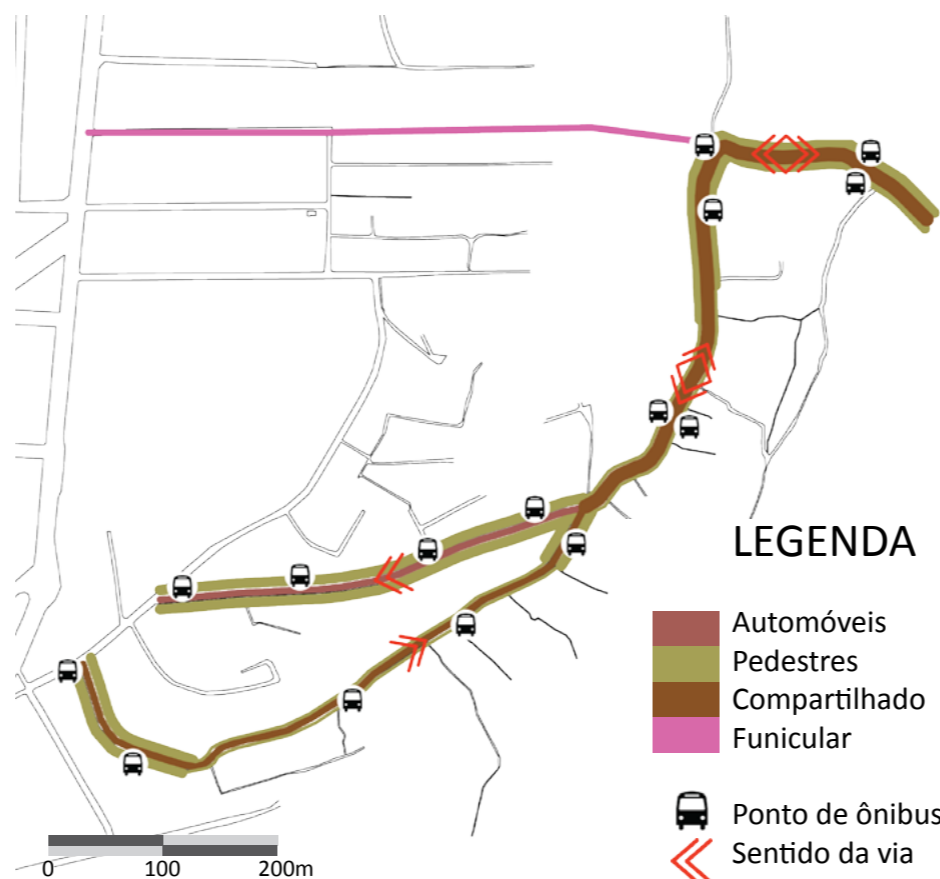
- Reconhecimento do caráter da rua como espaço público por excelência historicamente constituído, como elemento que integra todos os outros da centralidade diluída;
- Devolução da rua aos pedestres, que devem ser priorizados com relação ao automóvel;
- Devolução à rua do caráter histórico de permanência;

Diretrizes gerais:

- Implantação de um binário, em que os veículos sobem pela R. Vieira da Rosa e descem pela R. Nestor Passos, reduzindo assim o espaço para veículos e ampliando o dos pedestres;
- Substituição da pavimentação por lajotas de concreto permeável, que impeçam ou desestimulem o tráfego em alta velocidade, propiciando maior segurança e melhor apropriação da rua como espaço público;
- Substituição da atual iluminação pública por outra com a fiação embutida e composta por postes de luz baixos (4m) e com menor distância entre si (~12m), reforçando a escala do pedestre na via;
- Plantio de árvores no lado oposto ao da iluminação pública sempre que possível (espécies indicadas: aroeira, ipê amarelo, craibeira, quaresmeira, caixeta, tucaneira);
- Proibição de estacionamento nas bordas, a não ser em locais previamente determinados junto aos moradores;
- Recomendação de substituição de muros altos por cercas baixas quando possível, com algumas sugestões de desenho alternativo baseadas em referências existentes na própria comunidade;
- Atendimento à demanda histórica da criação do transporte funicular, ligando a Rua José Boiteaux ao ponto mais alto do Monte Serrat, estimulando e qualificando os deslocamentos peatonais;
- Fechamento da Avenida Transcaieira para veículos de passeio, exceto de moradores das comunidades que se relacionam com ela, restringindo seu acesso a ônibus locais, pedestres e ciclistas, reduzindo o fluxo de veículos e aumentando a segurança e qualidade do espaço para os pedestres.



Mapa 2 - Situação viária atual



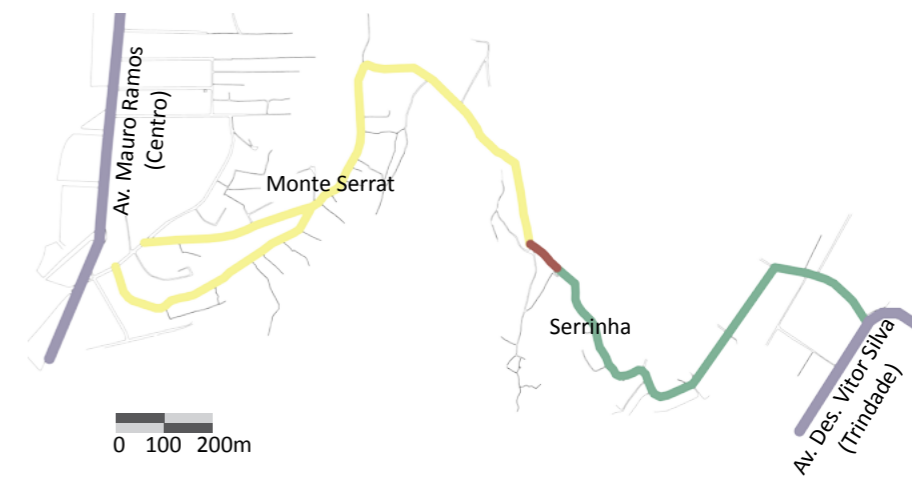
Mapa 3 - Situação viária proposta

LEGENDA

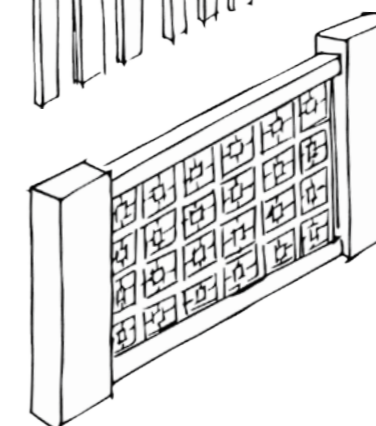
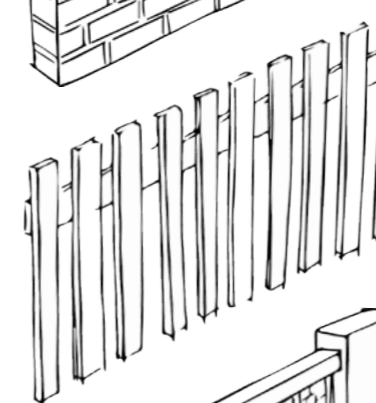
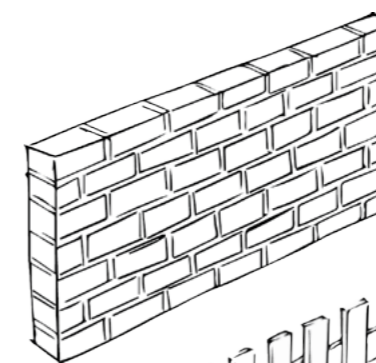
- Automóveis
- Pedestres
- Ponto de ônibus
- Sentido da via

LEGENDA

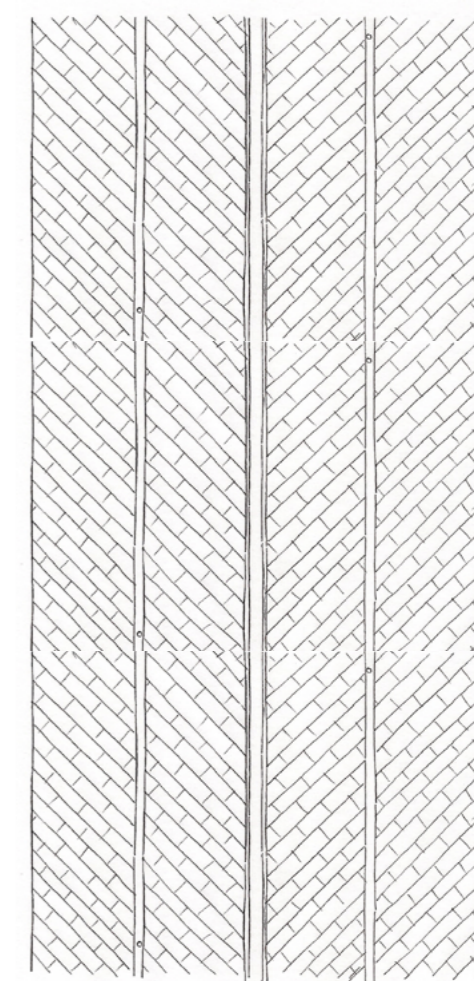
- Automóveis
- Pedestres
- Compartilhado
- Funicular
- Ponto de ônibus
- Sentido da via



Mapa 4 - Indicação da restrição viária proposta para a Avenida Transcaieira



Propostas alternativas de muros e cercas

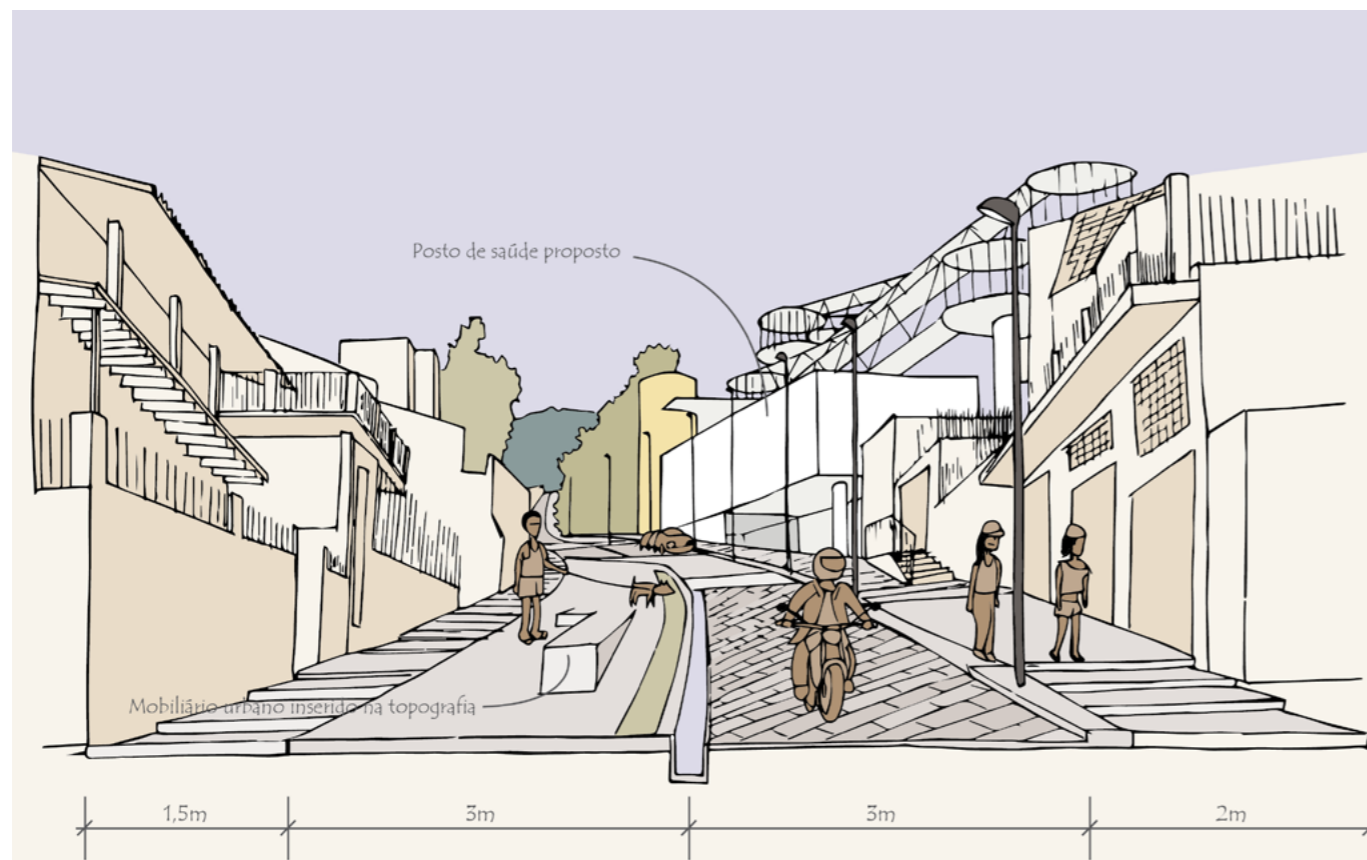
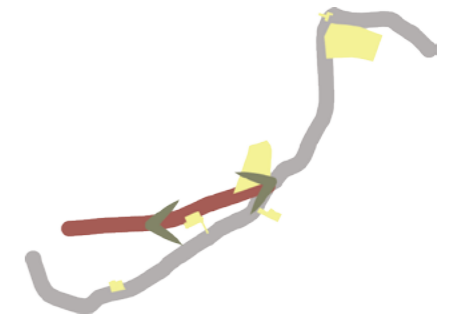


Desenho da pavimentação proposta

A RUA - Trecho 1: Nestor Passos

Diretrizes específicas:

- Redução da velocidade dos veículos a partir de um trajeto não linear entremeado por alargamentos de passeio e faixas de pedestres elevadas;
- Inserção de mobiliário urbano nos alargamentos do passeio que propicie o descanso durante a subida, com bancos e sombreamento;



Subida da Rua Nestor Passos

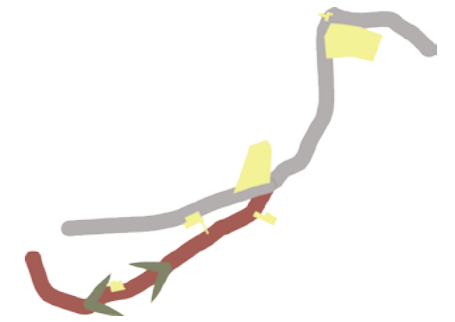


Descida da Rua Nestor Passos

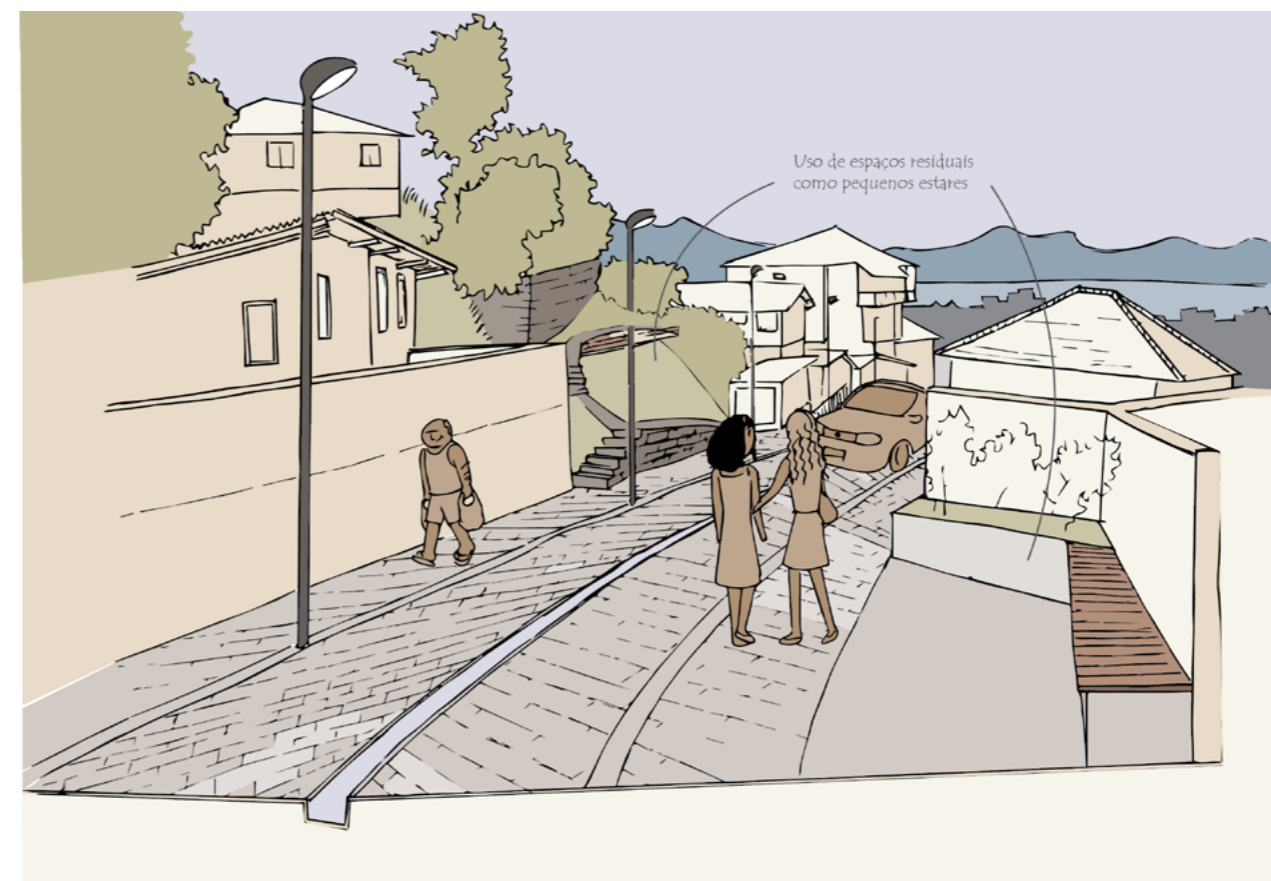
A RUA - Trecho 2: General Vieira da Rosa

Diretrizes específicas:

- Aplicação de conceitos de “via compartilhada” na R. Vieira da Rosa, reforçando um caráter histórico da rua, em que se eliminam os espaços exclusivos para os automóveis e se reforçam, nas bordas, os espaços exclusivos dos pedestres, com mobiliários urbanos (bancos, lixeiras, floreiras, pontos de ônibus, postes de iluminação) marcando a separação entre o espaço compartilhado e aquele exclusivo para o pedestre;
- Descida de água pluvial por meio de uma calha viária central, com caimento que impede que as bordas, exclusivas para os pedestres, empocem ou se tornem escorregadias em dias de chuva.



Subida do primeiro trecho da Rua General Vieira da Rosa

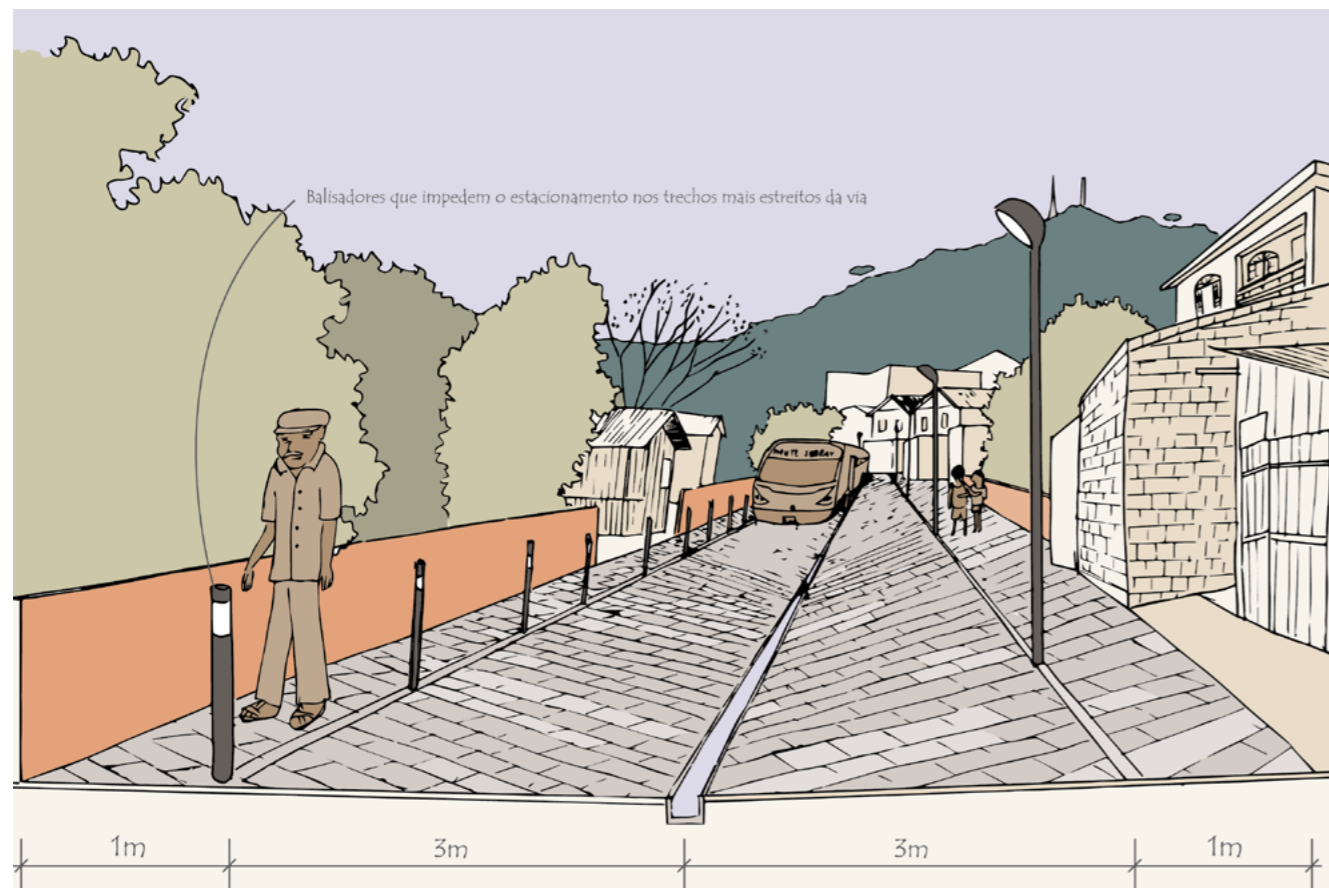
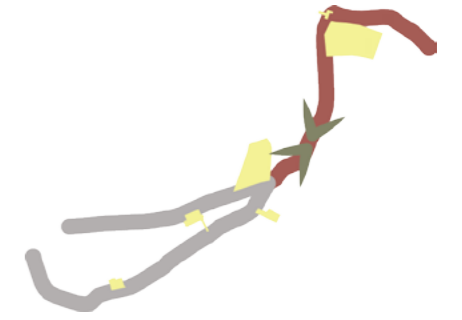


Descida do primeiro trecho da Rua General Vieira da Rosa

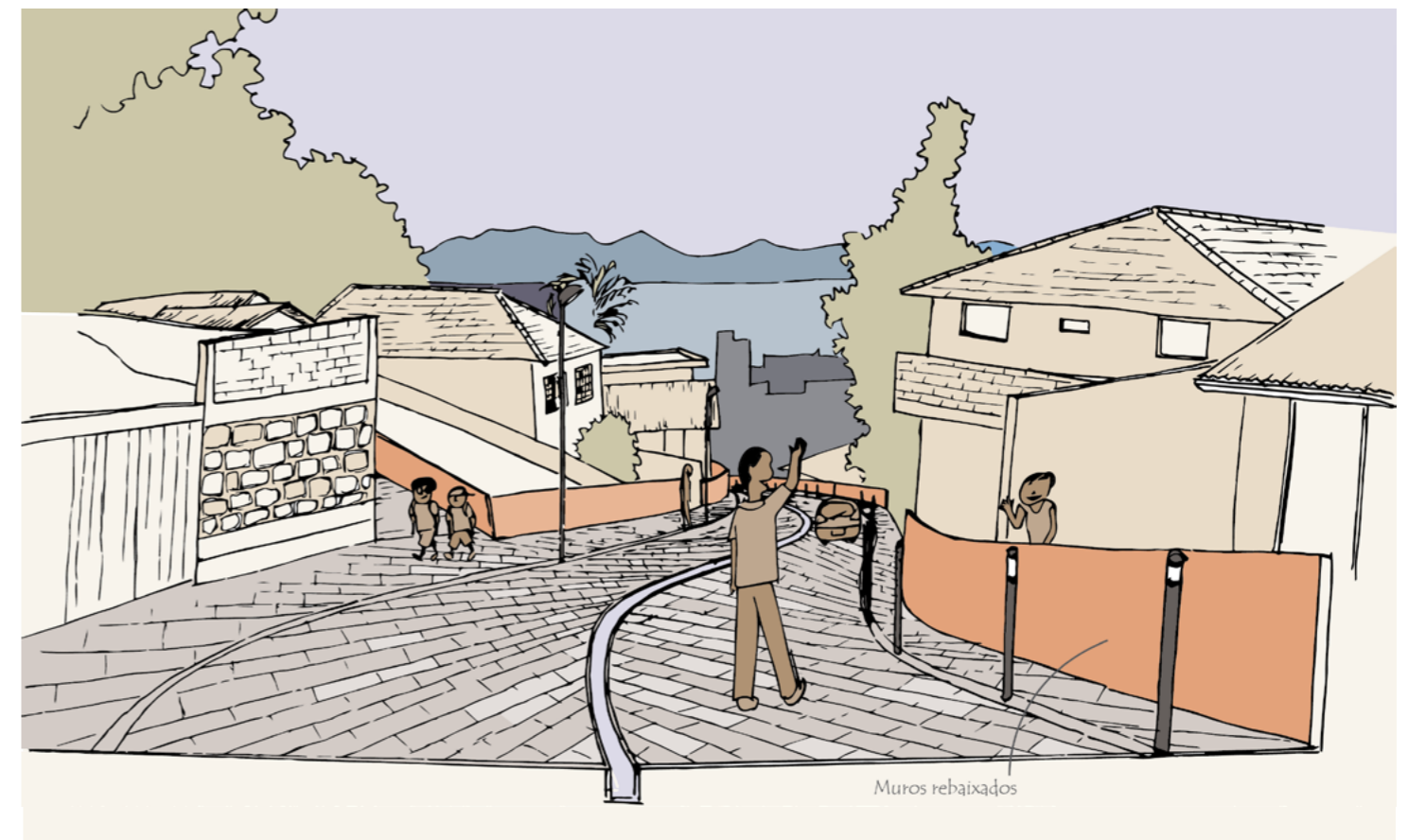
A RUA - Trecho 3: General Vieira da Rosa

Diretrizes específicas:

- Recuo de muros no trecho mais alto da R. Vieira da Rosa, observando que a maioria das casas têm um recuo muito maior do que seu muro, e permitindo mais espaço para os pedestres, em decorrência da necessidade de manutenção da mão dupla;
- Proposta de substituição dos muros recuados de acordo com as referências locais citadas anteriormente;
- Uso de balizadores para evitar estacionamento de carros nas bordas. Exceção feita aos casos onde a via for mais larga, em que esse papel será feito por mobiliários urbanos do mesmo modo que no Trecho 2, e a locais onde houver entrada e saída de garagens.
- Uso da mesma calha viária descrita no Trecho 2 para águas pluviais.



Subida do segundo trecho da Rua General Vieira da Rosa



Descida do segundo trecho da Rua General Vieira da Rosa

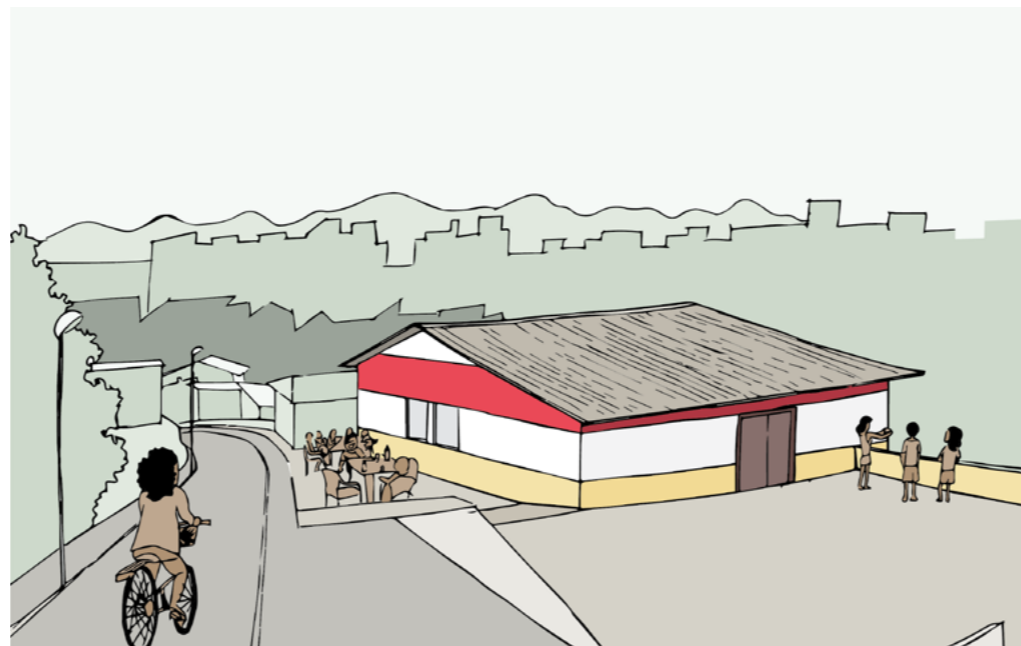
SEDE DA COPA LORD

Objetivos:

- Melhoria da percepção, para quem caminha na rua, de que se trata de um elemento de importância histórica e identitária para a constituição da comunidade;
- Explorar o espaço como clube social, estimulando a prática de eventos e festas para a comunidade e a cidade cotidianamente;
- Solução de algumas demandas imediatas identificadas junto a membros da escola.

Diretrizes:

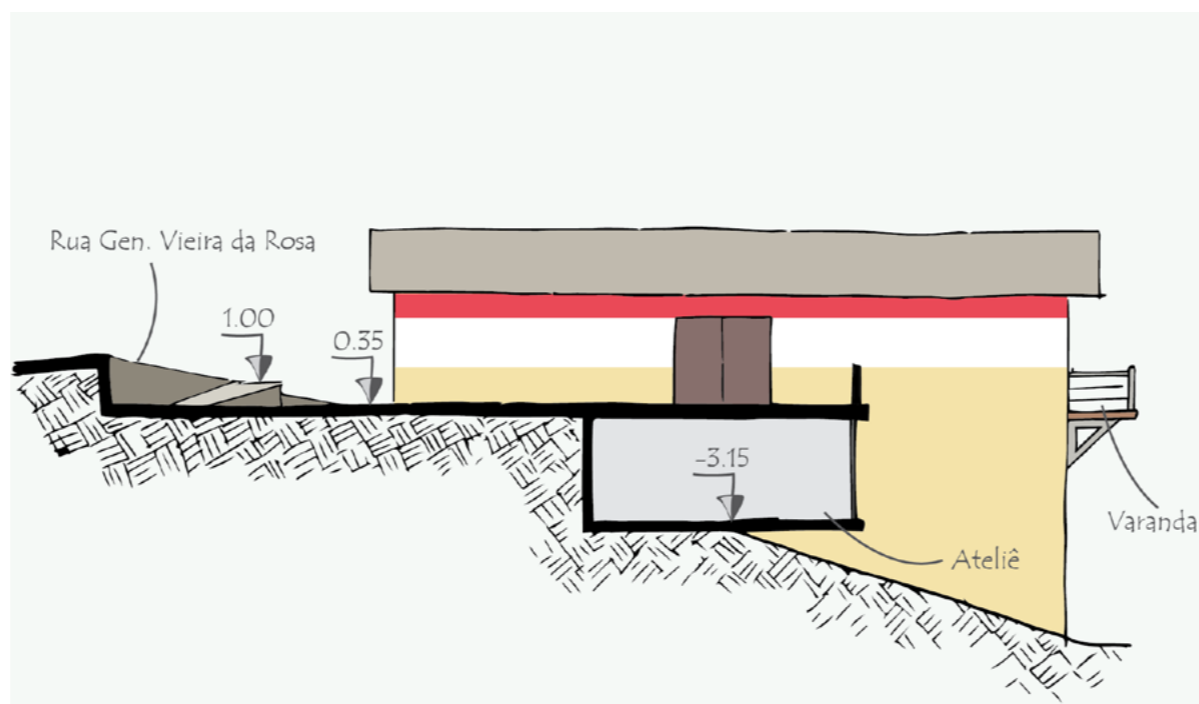
- Apropriação do terreno vizinho para inserção de um terraço que funcione como largo urbano ou praça seca, propiciando uma melhor leitura da casa através do contraste com o espaço urbano circundante;
- Abertura de porta de acesso ao salão nesse terraço, em referência à posição original da porta da casa;
- Novo ateliê de criação embaixo do terraço;
- Correção do telhado do anexo;
- Inserção de um bar na relação da casa com a rua, utilizando-se da porta lateral usada atualmente como acesso principal, propiciando uma melhor relação com a rua e mais autonomia financeira;
- Aumento das aberturas e inserção de uma sacada na fachada sul do salão, propiciando o apreço ao visual durante as festas ou eventos;
- Organização e exposição do acervo histórico (documentos, fotografias, fantasias, troféus) da Copa Lord no interior do salão.



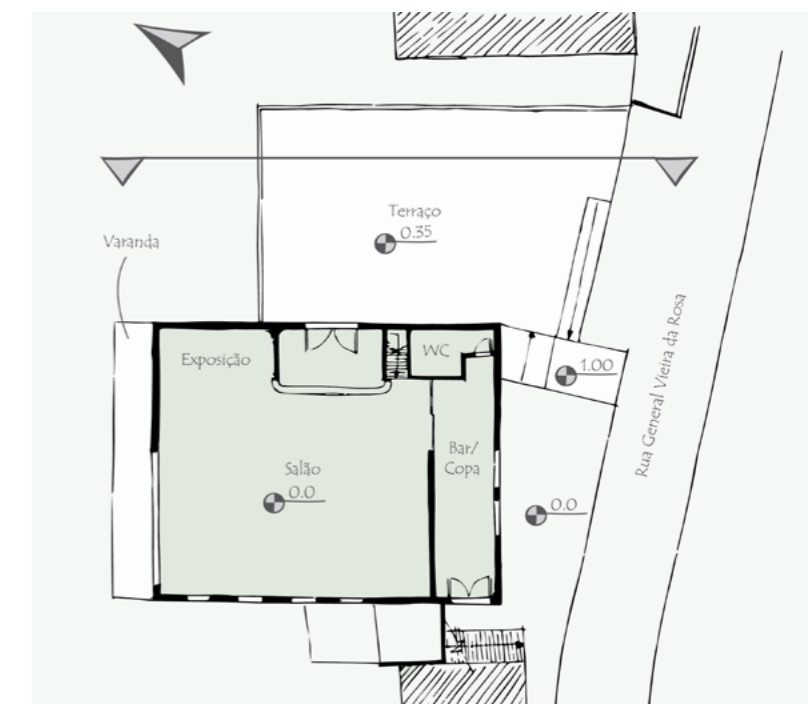
Perspectiva do terraço proposto ao lado da sede da Copa Lord



Perspectiva aérea da proposta de intervenção para a sede da Copa Lord



Corte esquemático passando sobre o anexo proposto



Planta-baixa esquemática

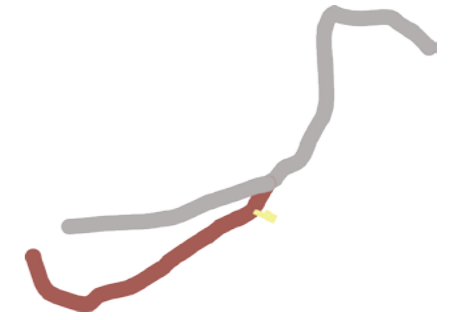
IGREJA

Objetivos:

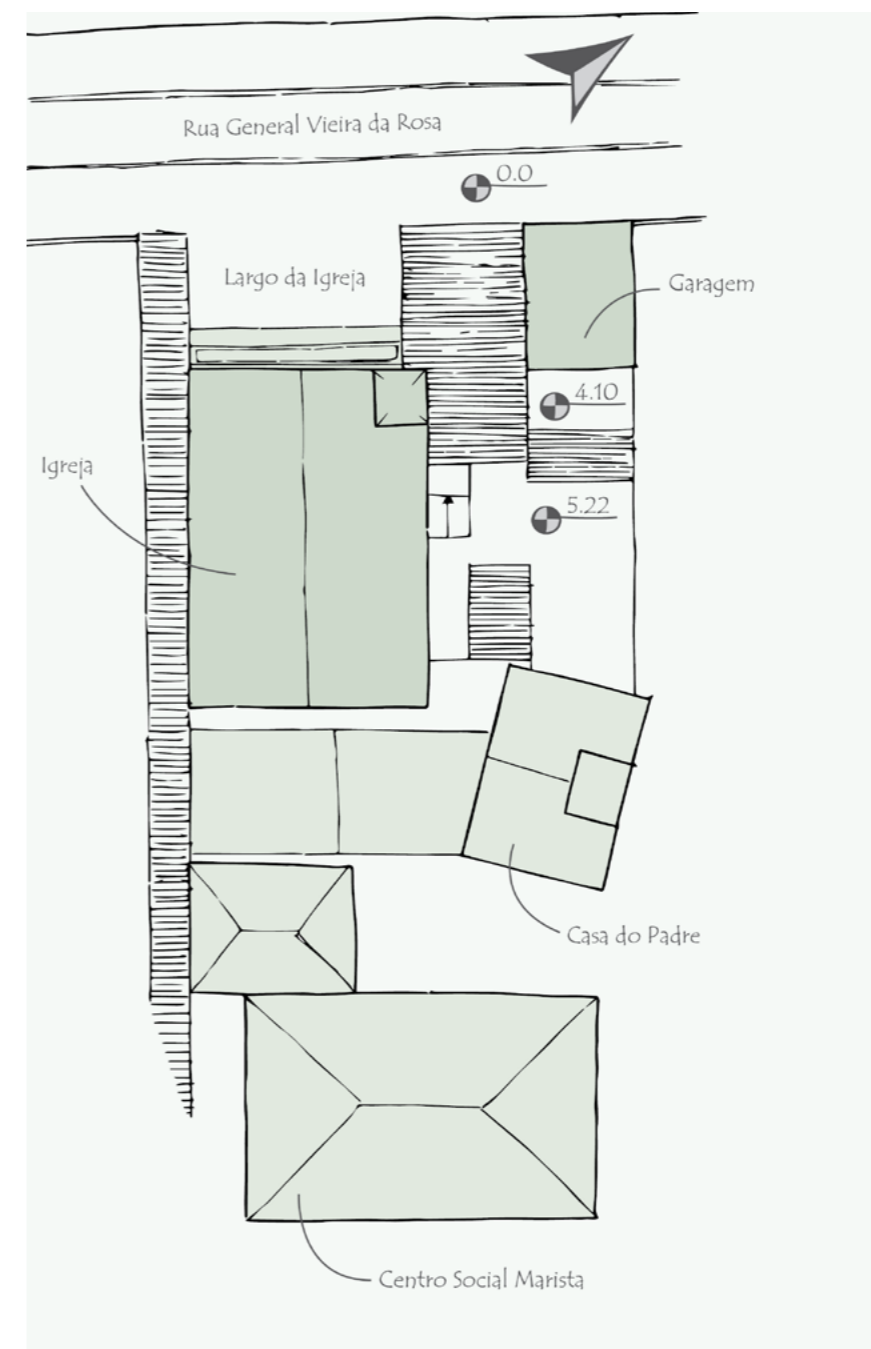
- Melhoria da leitura da igreja como espaço histórico e identitário da comunidade.

Diretrizes:

- Remoção da garagem localizada na frente da igreja e transformação de seu espaço em um largo urbano que propicie estar e contemplação da construção histórica;
- Construção de nova garagem para o padre onde hoje se localiza a sede do Alcoólicos Anônimos, com acesso direto para a escadaria, e redirecionamento do AA para um novo espaço a ser construído junto do Centro Social Marista localizado nos fundos da igreja;
- Ampliação da escadaria para a lateral e inserção de iluminação pública.



Perspectiva da igreja vista da rua



Implantação da proposta

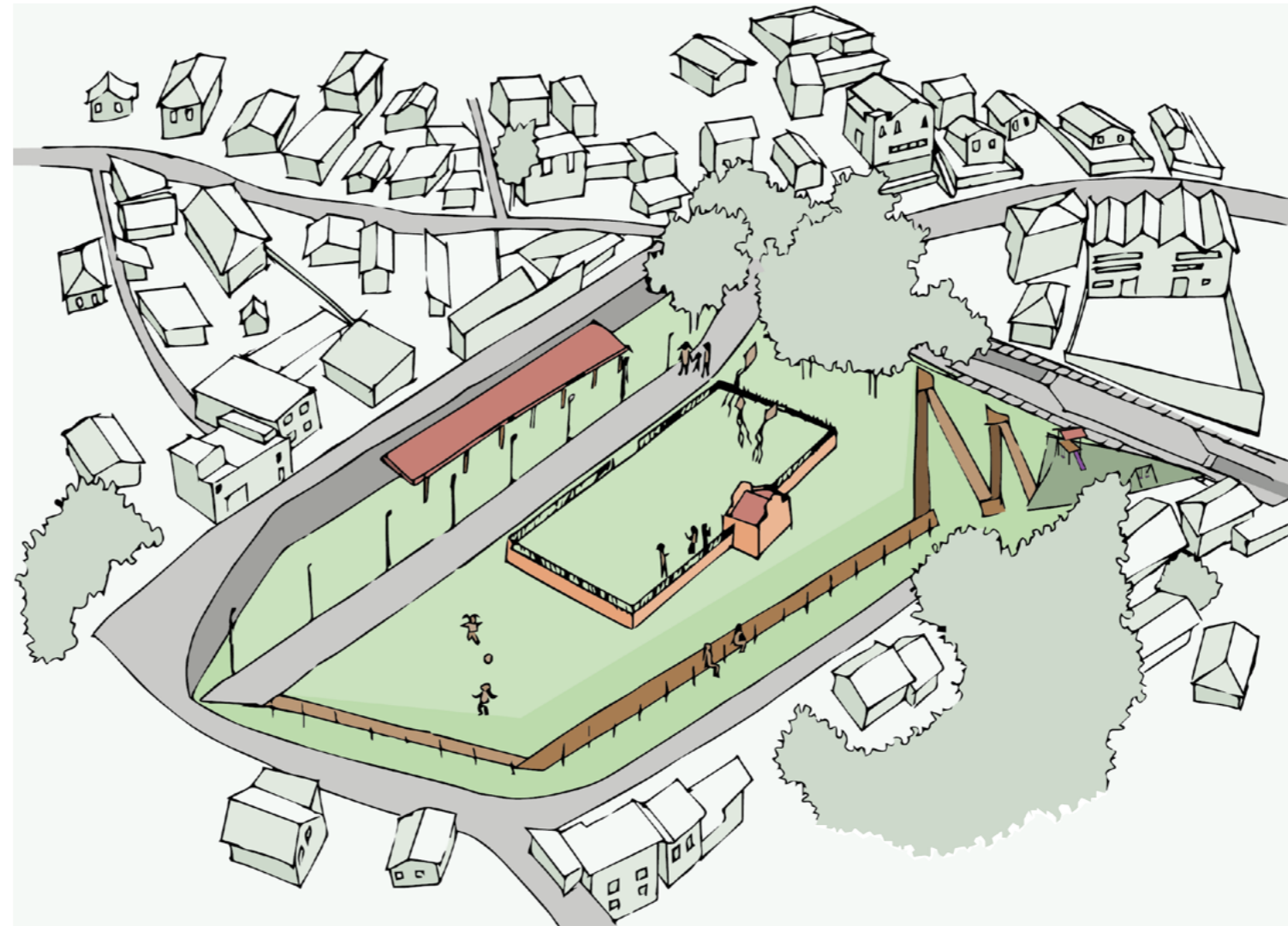
CAIXA D'ÁGUA

Objetivos:

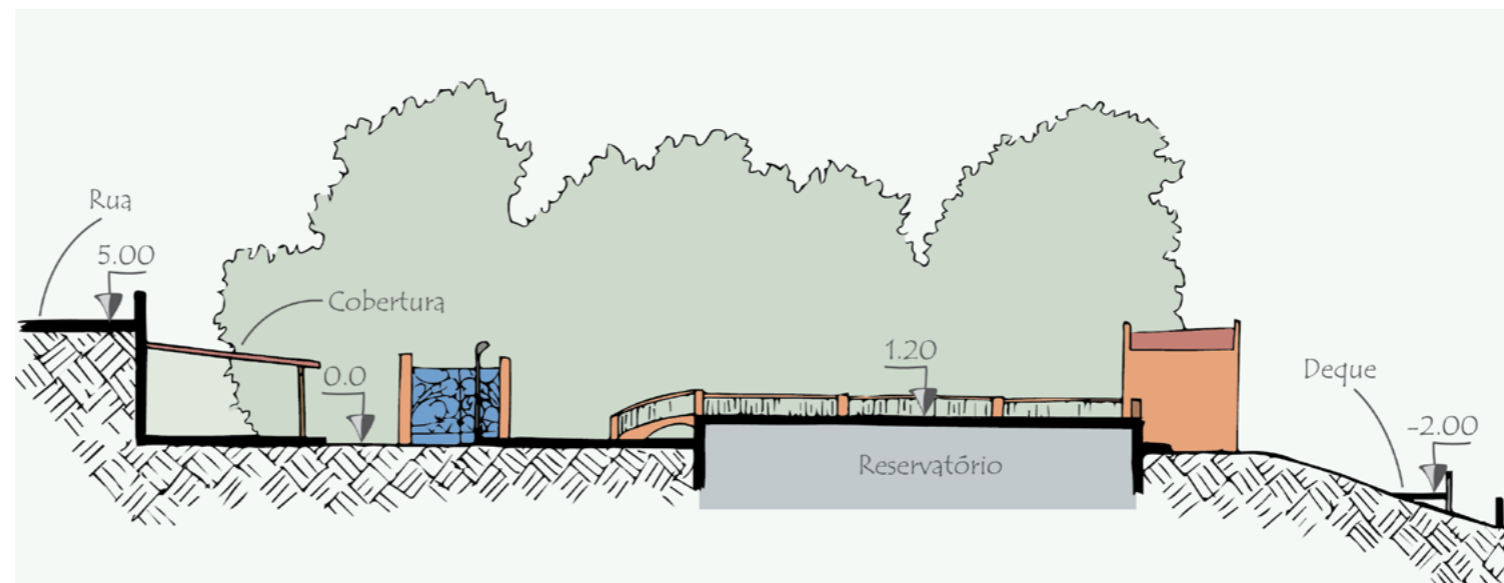
- Potencialização do uso atual, como espaço de lazer e estar da comunidade;
- Reforço da qualidade de espaço de contemplação da paisagem urbana;
- Tratamento dos espaços residuais das bordas.

Diretrizes:

- Remoção do muro em alguns trechos, com manutenção do portão histórico;
- Inserção de iluminação pública para permitir o uso noturno;
- Construção de uma cobertura na borda leste, em referência à antiga construção do grupo escolar e com funções diversas ligadas aos atuais usos, como festas, reuniões, aulas da escola ao ar livre, etc.;
- Pavimentação e expansão do caminho de acesso;
- Construção de caminhos elevados junto aos taludes residuais, fechando um circuito junto ao caminho existente;
- Uso do maior talude do terreno para fins de agricultura urbana comunitária, ressaltando a autonomia da comunidade e, por sua localização em ponto privilegiado, exercendo papel pedagógico;
- Criação de um parquinho infantil no ponto mais baixo do terreno, em frente ao portão da casa de acolhimento, sugerindo sua apropriação pelas crianças sob mediação dos responsáveis.



Vista aérea demonstrando a proposta geral para o terreno da caixa d'água



Corte esquemático demonstrando as diferenças de níveis e os tratamentos nas bordas



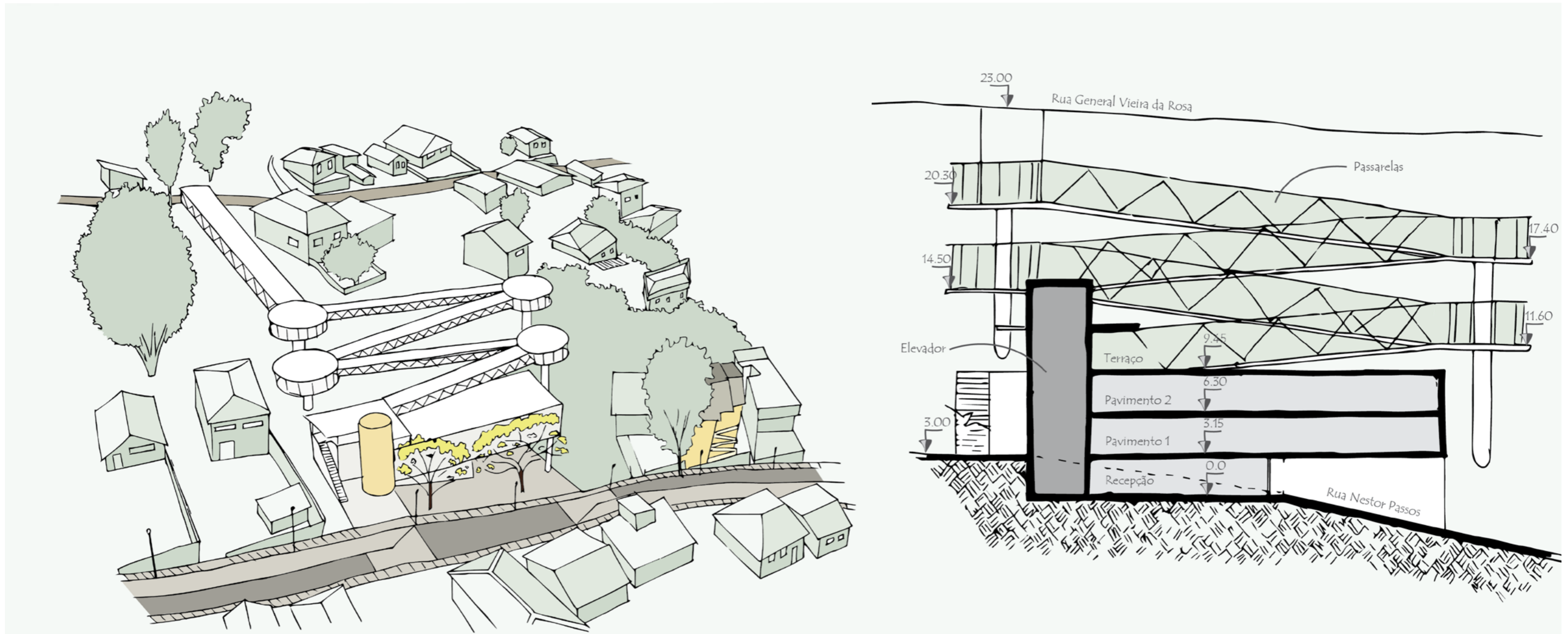
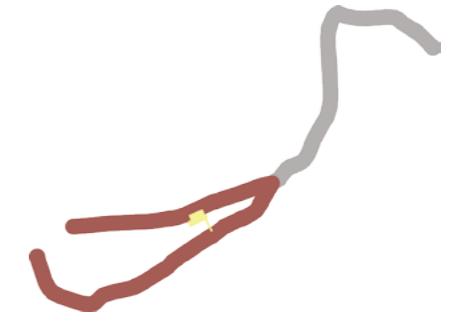
POSTO DE SAÚDE

Objetivos:

- Reconhecimento da existência do posto como resultado de lutas históricas da comunidade;
- Aumento do espaço e solução para a acessibilidade universal.

Diretrizes:

- Apropriação de um terreno vazio ao lado do atual posto, que conecta a Nestor Passos à Vieira da Rosa;
- Construção de um novo posto com mais espaço e um largo na frente, acessível por ambas as vias, através de um jogo de passarelas acessíveis e uma caixa de elevador.
- Destinação da casa onde está o atual posto de saúde a um espaço ligado à prevenção e acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade.



Vista aérea do posto de saúde proposto, destacando sua relação com o posto atual e a relação criada entre as duas vias

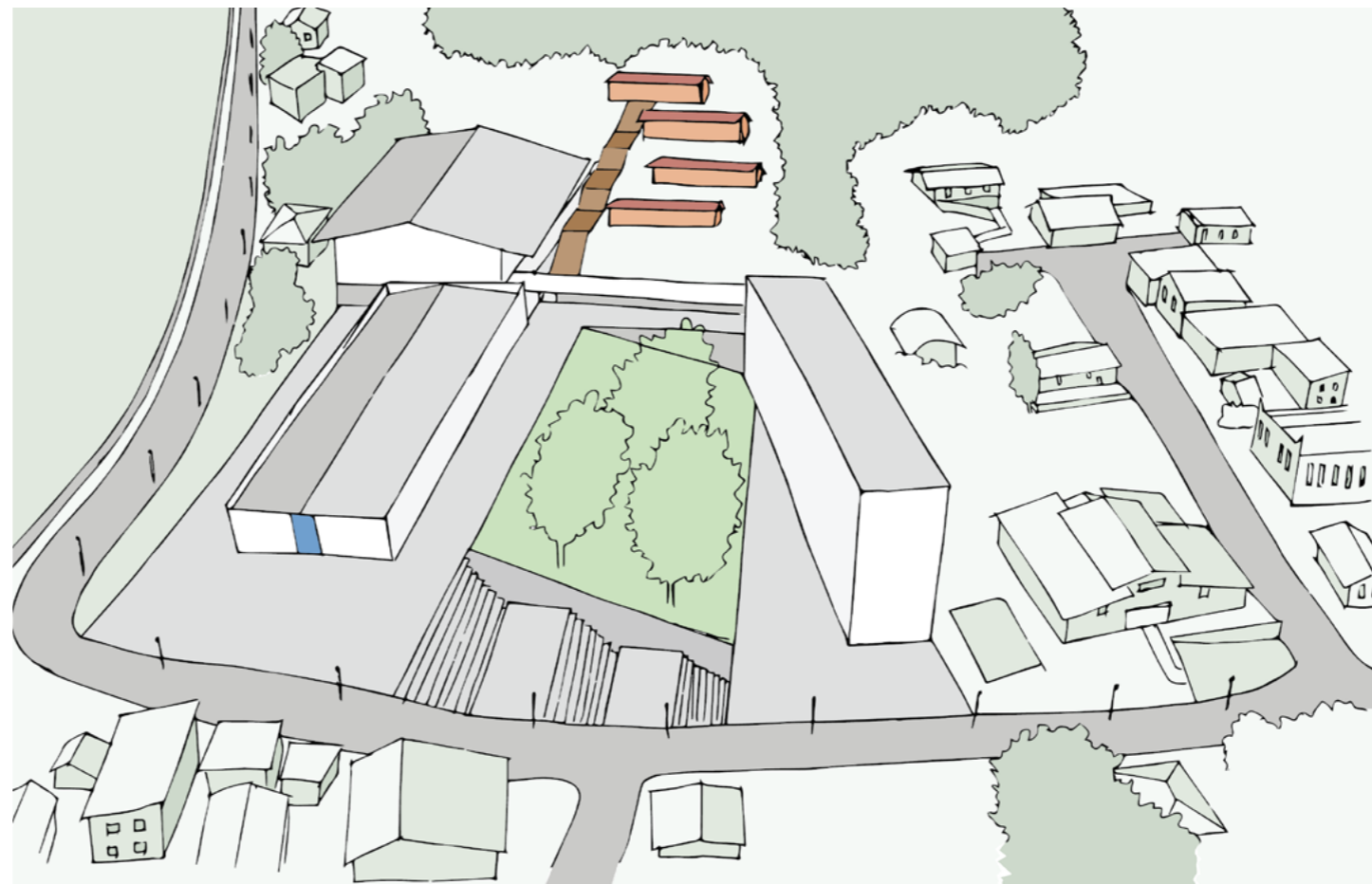
ESCOLA LUCIA MAYVORNE

Objetivos:

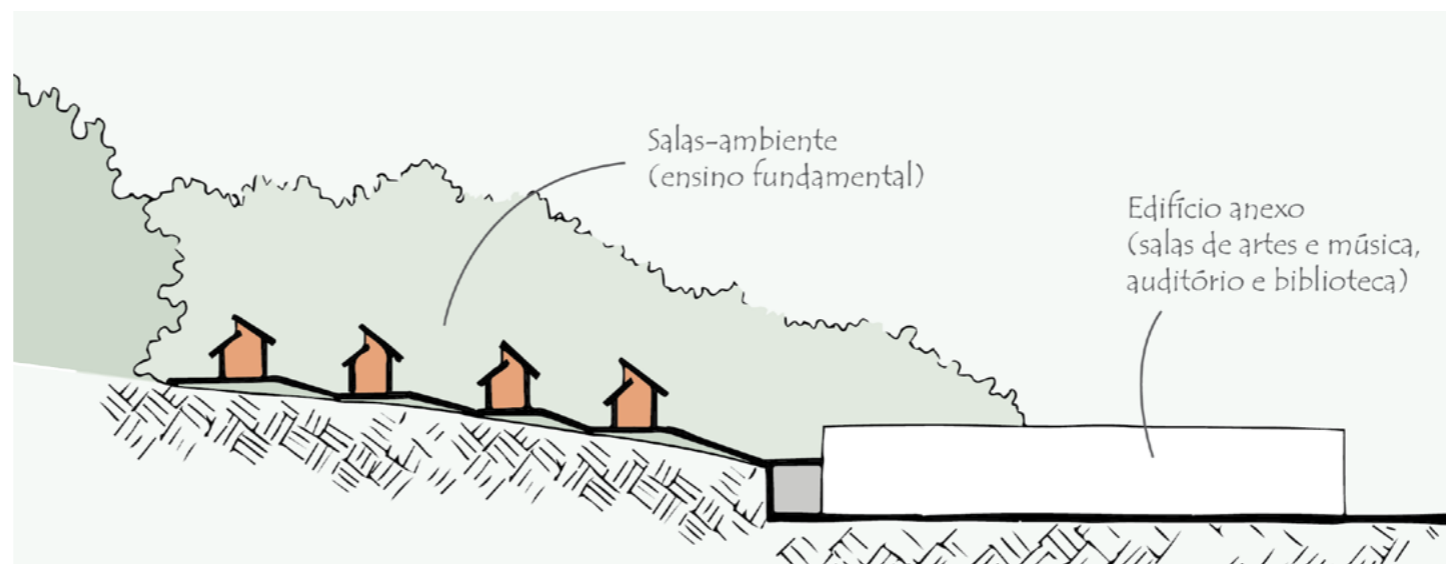
- Reconhecimento da existência da escola como resultado de lutas históricas da comunidade;
- Proposta espacial que potencialize a proposta pedagógica alternativa desenvolvida atualmente na escola;
- Atendimento a demandas imediatas identificadas junto à comunidade.

Diretrizes:

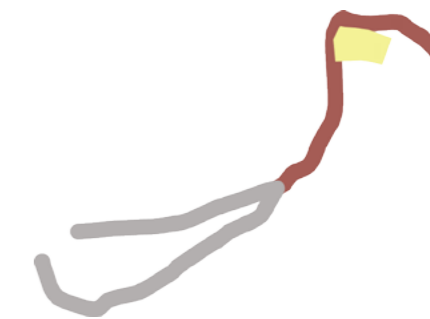
- Apropriação do terreno ao lado para expansão da escola;
- Intervenção leve, que busque preservar ao máximo a rica natureza no terreno, com pisos elevados que interligam os diferentes blocos;
- Criação de um bloco contendo biblioteca, auditório, sala de reuniões, administração, salas de artes e de músicas;
- Salas-ambiente na parte mais elevada do terreno, destinadas ao ensino infantil, resguardadas da rua e integradas à natureza, acessíveis por caminhos elevados.



Vista aérea da proposta para a escola, demonstrando a relação com o ambiente natural



Corte esquemático tirado a partir do pátio da escola existente, demonstrando as salas-ambiente propostas e os pavimentos superiores do edifício anexo, bem como o corredor coberto que conecta o edifício existente ao anexo.



BORDA DO PARQUE DO MACIÇO

Objetivos:

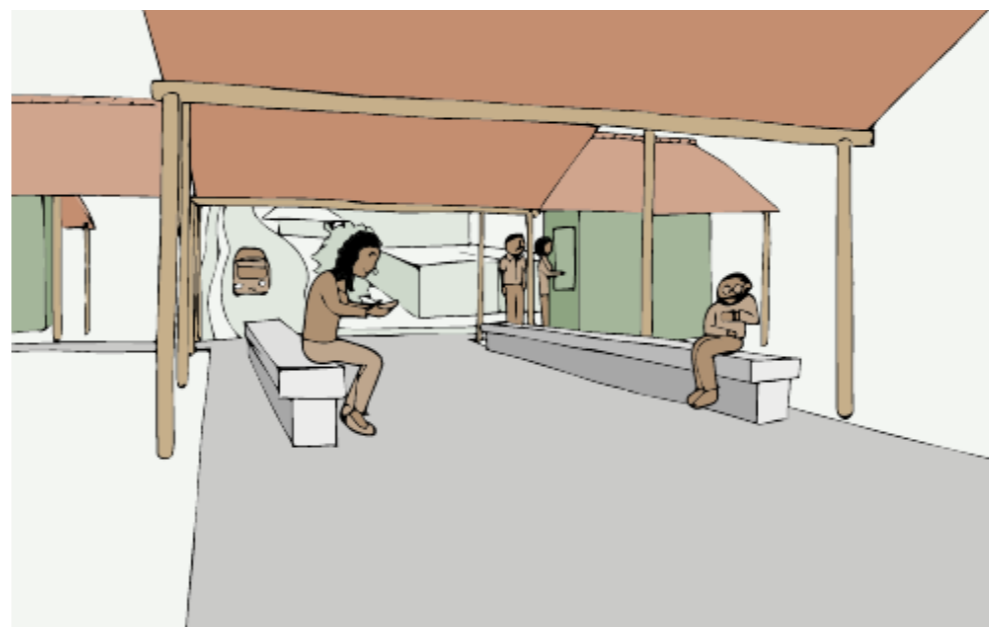
- Tratamento da borda do parque como parte integrante do espaço da comunidade.
- Qualificação da conexão entre as comunidades do Monte Serrat, Pastinho, José Boiteaux, Caieira e Serrinha a partir de um desenho que integre a borda do parque e a estação do transporte funicular.

Diretrizes:

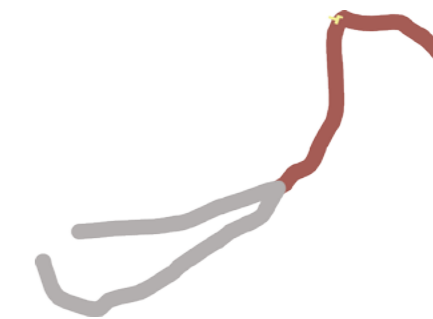
- Criação de espaços de lazer e estar integrados à natureza com baixo impacto no relevo natural;
- Plantio de espécies nativas em reconhecimento ao papel essencial que a natureza do local teve como condicionante da ocupação humana;
- Plantio de espécies frutíferas, como resgate do uso antigo das crianças no atual local do parque;
- Inserção da cobertura de acesso ao transporte funicular no circuito da borda do parque.



Cobertura de acesso ao funicular, desenhada como uma continuidade da atual cobertura de acesso ao Parque do Maciço



Perspectiva interna da cobertura, do transporte funicular em direção à Rua General Vieira da Rosa



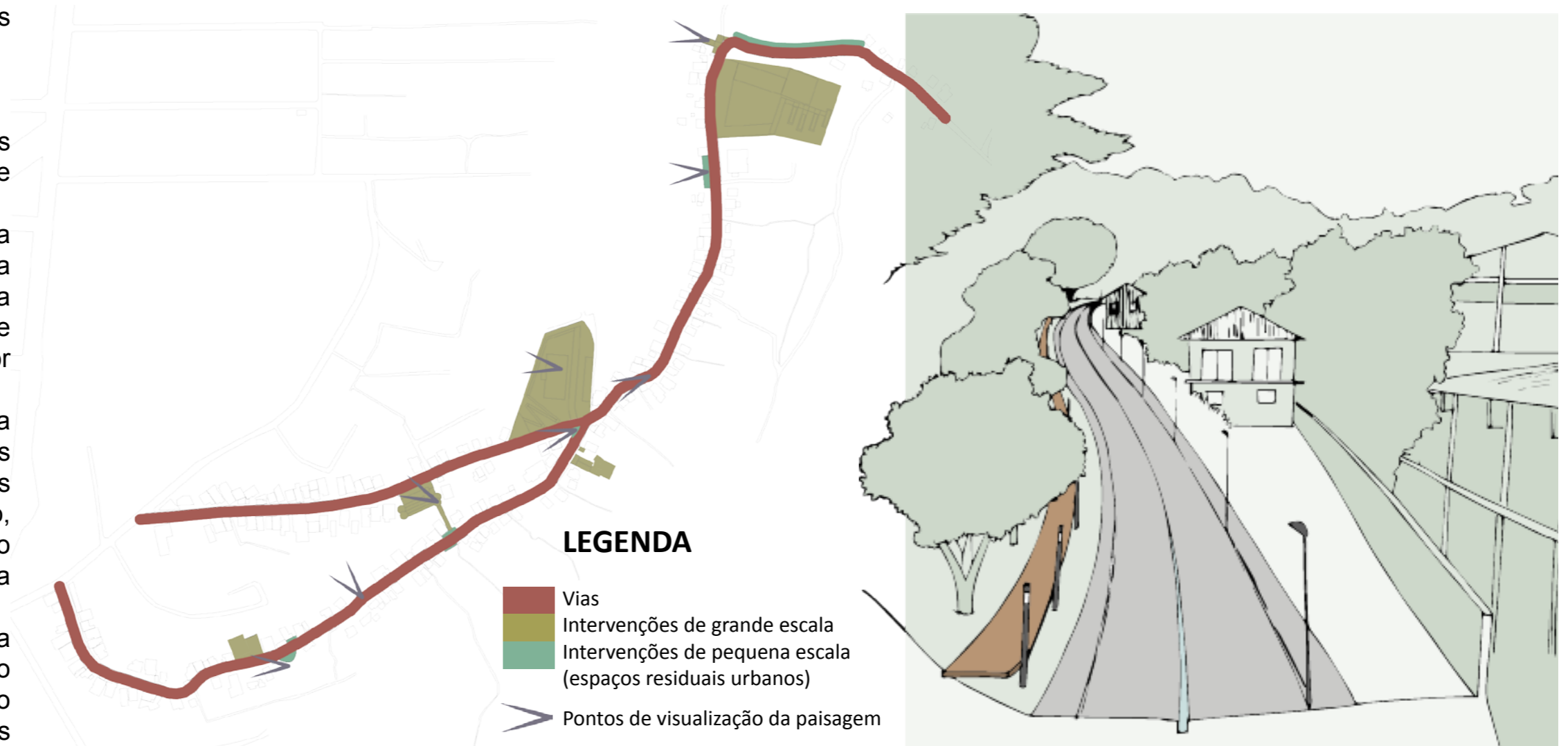
PAISAGEM NATURAL E CULTURAL

Objetivos:

- Inserir o visual da paisagem no dia-a-dia da comunidade de modo mais expressivo e que permita uma maior apropriação desse patrimônio intangível;
- Buscar instrumentos de preservação do meio ambiente natural ao longo das próximas gerações.

Diretrizes:

- Identificar os principais pontos de observação da paisagem que caracterizam a comunidade;
- Atribuir a esses pontos uma caracterização que permita e estimule a apropriação pelas pessoas, e, assim, a valorização desses visuais, de modo que a própria comunidade possa zelar por eles;
- Em segundo plano, buscar a preservação legal de determinados cones visuais de acordo com os instrumentos vigentes, entendendo-se, no entanto, que a proteção legal só tende a ter efeito a partir do momento em que a própria comunidade se apropria desse bem;
- Propor a arquitetura da escola integrada à natureza e ao parque natural de modo a promover a educação ambiental como parte essencial da formação das novas gerações;
- Tratar a borda do parque junto ao caminho que leva à Caieira e à Serrinha como parque linear, com espécies nativas que dão sombreamento e auxiliam a recuperação ambiental, como: peroba, ipê-branco, pau-santo, quaresmeira, canela-de-veado, caixeta, tucaneira.



Mapa 5 - Pontos de visualização da paisagem

Caminho que conecta o Monte Serrat ao Pastinho, Caieira e Serrinha, demonstrando o tratamento dado à Borda do Parque do Maciço como parque linear

Conclusões (ou não)

Este trabalho se iniciou com algumas premissas, e não é que se pudesse esperar satisfazer inteiramente as inquietações que o originaram. Isso não seria possível, e se algumas delas foram apaziguadas é porque deram lugar a outras, que são um estímulo para inúmeras possibilidades de continuidade deste trabalho – daí os parênteses no título deste último capítulo.

Sim, existe uma grande lacuna na forma como contamos a História. Sim, existe muita qualidade naquilo que não conhecemos e que foi produzido sem a nossa intermediação. E, sim, temos muito o que aprender com o povo, que constrói a sua própria cidade e sua própria história, sua narrativa. Não é que este trabalho tenha servido pra trazer essas realidades à tona – há muito mais gente fazendo isso do que eu imaginava quando comecei. Mas serviu pra demonstrar com o que estamos lidando. Algumas das razões por que simplesmente não fomos capazes até agora de enxergar a verdadeira totalidade da cidade e da história ficaram mais claras, e a intensidade do contraste entre territórios também se revela de forma mais enfática, bem como o papel que a historiografia oficial tem na demarcação desses territórios. Mas e agora?

O projeto que se apresentou neste trabalho é essencialmente um exercício, uma ferramenta de expressão, uma linguagem que permitiu o aprofundamento em algumas questões e a descoberta de outras que talvez nem tivessem surgido se não fosse pela (tardia) decisão pela proposta desenhada como forma de expressão. Afinal de contas não é essa uma das funções do projeto na educação? Fazer emergir questões que, de outro modo, poderiam ficar ocultas? Nesse sentido o projeto prestou-se exatamente àquilo a que se propõe. Foi também uma forma de, com o apoio de meu orientador, vencer uma espécie de “censor interno” que me turvava a percepção do papel do arquiteto no território que lhe é alheio, substituindo a visão radicalmente oposta à hegemônica, de que eu simplesmente não possuía legitimidade para levar uma proposta desenhada àquela população, por outra que deixa muito mais claro o papel dos arquitetos nesse tipo de situação e na cidade como um todo – no fim das contas, um dos grandes questionamentos deste trabalho.

Mas, bom, seja qual for a finalidade desse projeto, tem-se um projeto. E se, para mim ele foi imprescindível como instrumento para responder a alguns questionamentos e enriquecer esse trabalho, que benefício ele pode trazer àqueles que foram os protagonistas deste exercício – os próprios moradores e fruidores do Monte Serrat? Por um lado, não se pode negar que a exposição da realidade, das qualidades e da história da comunidade contada por seus próprios representantes seja um benefício. Mas ainda parece pouco, em comparação aos benefícios que a própria comunidade me trouxe. Desse modo, uma das várias continuidades possíveis deste trabalho está em descobrir, junto à comunidade que me permitiu descobrir toda essa História, que elementos deste projeto estão realmente de acordo com as demandas reais e podem se tornar realidade ou ao menos objetos de reivindicação. Esse será um momento importante de mudança de foco. Se, antes, eu não podia envolver excessivamente os moradores em um projeto que não tinha a pretensão de sair do papel, agora é o momento de confrontar a proposta com a realidade, e tratar a participação como uma prioridade determinante e não mais como mais um instrumento.

Em comparação com as expectativas do início do trabalho, percebo que consegui o que buscava, embora de formas que eu não podia imaginar. Foi uma forma de aprender que buscar uma relação com uma comunidade complexa e com diversas formas (até conflitantes) de representatividade é uma tarefa muito mais complexa e árdua do que se podia imaginar, e que deve envolver muito mais atores. Mais complexo é também o papel de identificar elementos relevantes para a memória, cultura e apropriação de toda uma territorialidade a partir daqueles que com ela se relacionam, em comparação com a maneira como costumamos fazer, muitas vezes calcada em consensos e em poucos ou nulos choques de valores entre os atores responsáveis. No entanto, o objetivo principal, de buscar compreender melhor a nossa relação com a cidade (e os múltiplos territórios que a compõem) e com a própria história foi atingido e superado, deixando margem para uma série de caminhos possíveis. No fim das contas, rever a forma como nós, arquitetos e arquitetas, lidamos com a memória da cidade e da sociedade é parte de um objetivo mais amplo, que é rever a nossa participação na própria construção das cidades.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A Cidade do Pensamento Único**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 192 p.
- BARBOSA, Mário Davi. **Comunidade, Identidade e Exclusão**: Uma abordagem da luta dos moradores da comunidade Monte Serrat pelos Direitos Humanos. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA, 1., 2007, Videira. Mostra Latino-americana de Ensaio Jurídico sobre Direitos Humanos e Cidadania. Florianópolis: Cesus, 2007. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://virtual.cesus.edu.br/portal/externo/direito/wp-content/uploads/2010/05/COMUNIDADE-MONTE-SERRAT-artigo.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2015.
- BRAZ, Vitor Cunha Longo. **Fábrica de Arte da Mangueira**: Articulações entre Corpo e Espaço em um Processo de Experimentação Projetual. 2014. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/vitor_cunha/docs/vitor_cunha_f_brica_de_arte_da_man>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- CASTELLS, Manuel. **Os Elementos da Estrutura Urbana**. In: CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1972. p. 200-325. Tradução de Arlene Caetano.
- CHAÚÍ, Marilena. **O Que é Ideologia**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 125 p.
- CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n.34, 2011, p 147-165. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf> Último acesso em: 10 jan. 2016.
- FARIA, Ana Beatriz Goulart de. **Por outras referências no diálogo arquitetura e educação**: na pesquisa, no ensino e na produção de espaços educativos escolares e urbanos. em Aberto, Brasília, v. 25, n. 88, p.99-111, jul/dez. 2012. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2872/1885>>. Acesso em: 29 set. 2015.
- FAVERI, Julia de. **Ensaio sobre a rua**: Diretrizes urbanas para um percurso no Morro da Cruz. 2014. 1 v. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://arq.ufsc.br/downloads/tcc/20142/julia.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2015.
- FREIRE, Américo; FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CAVALCANTI, Mariana (Org.). **Lu Petersen**: Militância, Favela e Urbanismo. Rio de Janeiro: Fgv, 2009. 132 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 253 p.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Favela como Patrimônio da Cidade?**: Reflexões e Polêmicas Acerca de Dois Museus. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 38, p.49-66, jul./dez. 2006.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da Ginga**: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001. 159 p.
- LENZI, Cecília. **Permanecer na Cidade**: Urbanização da Comunidade Sol Nascente. 2011. 1 v. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- MASCARÓ, Lúcia. **A Iluminação do Espaço Urbano**. ArqTexto, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p.20-27, ago. 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_8/8_Lucia_Mascaró.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2015.
- MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos Urbanos**. Porto Alegre: L. Mascaró, 2003. 209 p.
- MARICATO, Ermínia (Org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1979. 166 p. (1).
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural**: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%204%20-%20MENESES.pdf>> Último acesso em: 10 jan.2016.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 65 p.
- PELLI, Víctor Saúl. 1990. Notas para uma Tecnologia Apropriada à Construção na América Latina. In: MASCARÓ, L. (org.) **Tecnologia e Arquitetura**. São Paulo: Nobel.
- PERES, Lino Fernando Bragança. **Crisis de un Patrón de Desarrollo Territorial y su Impacto Urbano-Habitacional en Brasil**: La Punta del "Iceberg": Los Sin-Techo en la Región de Florianópolis, SC. 1994. 2 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Facultad de Arquitectura, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1994. Cap. 7.
- REBEL Architecture - **The Pedreiro and the Master Planner**. Direção de May Abdalla. Rio de Janeiro: Al Jazeera, 2014. (26 min.), son., color. Legendado. Ep. 6.
- VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: Memória Urbana. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes Publicações, 2010. 463 p.
- VICENZI, Marliese. **Tata de Inquice Arolegy e Comunidade Terreiro Abassá de Odé**: (Re)construindo Trajetórias. 2010. 92 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ANEXO 1
REFERÊNCIAS DE PROJETO

Ladeira da Glória

Rio de Janeiro-RJ

Ladeira muito inclinada localizada no bairro histórico da Glória. Referência pela forma de vencer a grande inclinação com patamares que são rampas pouco inclinadas, utilizada na proposta para a Rua Nestor Passos.





Amsterdam (Holanda)



Estados Unidos



Rennes (França)



Bellagio (Itália)

Vias compartilhadas

Exemplos em diversos lugares de ruas estreitas e/ou inclinadas que adotam os princípios de via compartilhada, referência para os diferentes tratamentos dados à Rua General Vieira da Rosa conforme a demanda de cada trecho.

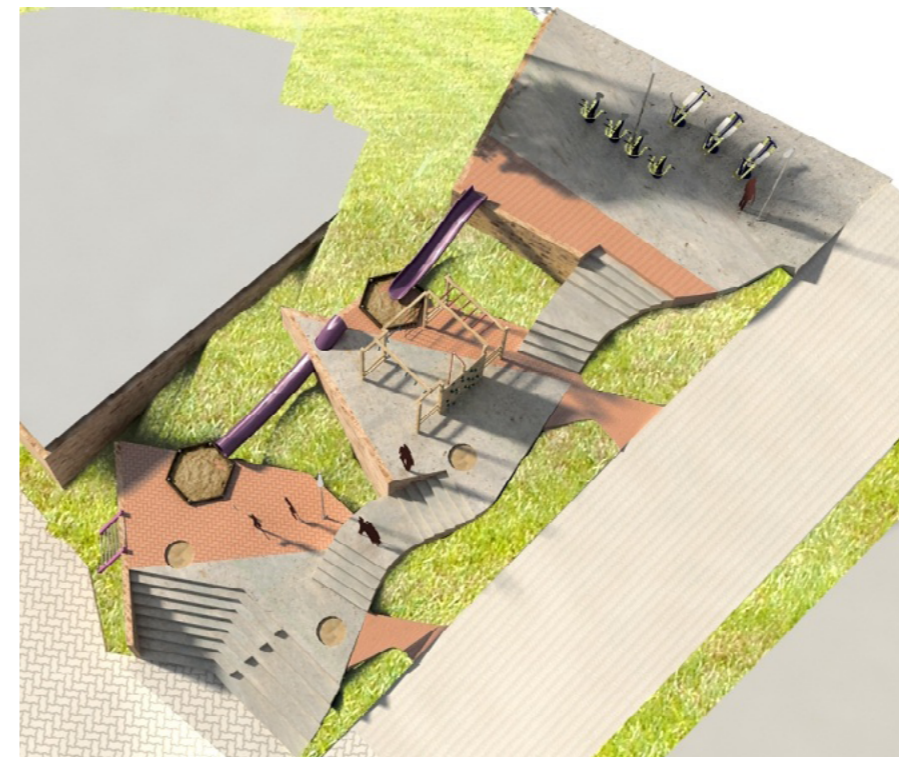
Conjunto Residencial Alpes do Jaraguá
São Paulo-SP

Espaços de estar criados em áreas com grande desnível. Referência para intervenções em espaços do Monte Serrat que, por possuírem terreno muito irregular, permanecem sem uso.



Projeto para a ONG de acolhimento Aldeias Infantins
São Bernardo-SP
Sabará Arquitetura + Arq^a Beatriz Goulart de Farias

Espaços de estar criados em áreas com grande desnível. referência para os espaços residuais citados anteriormente e também para o terreno ao lado da escola.

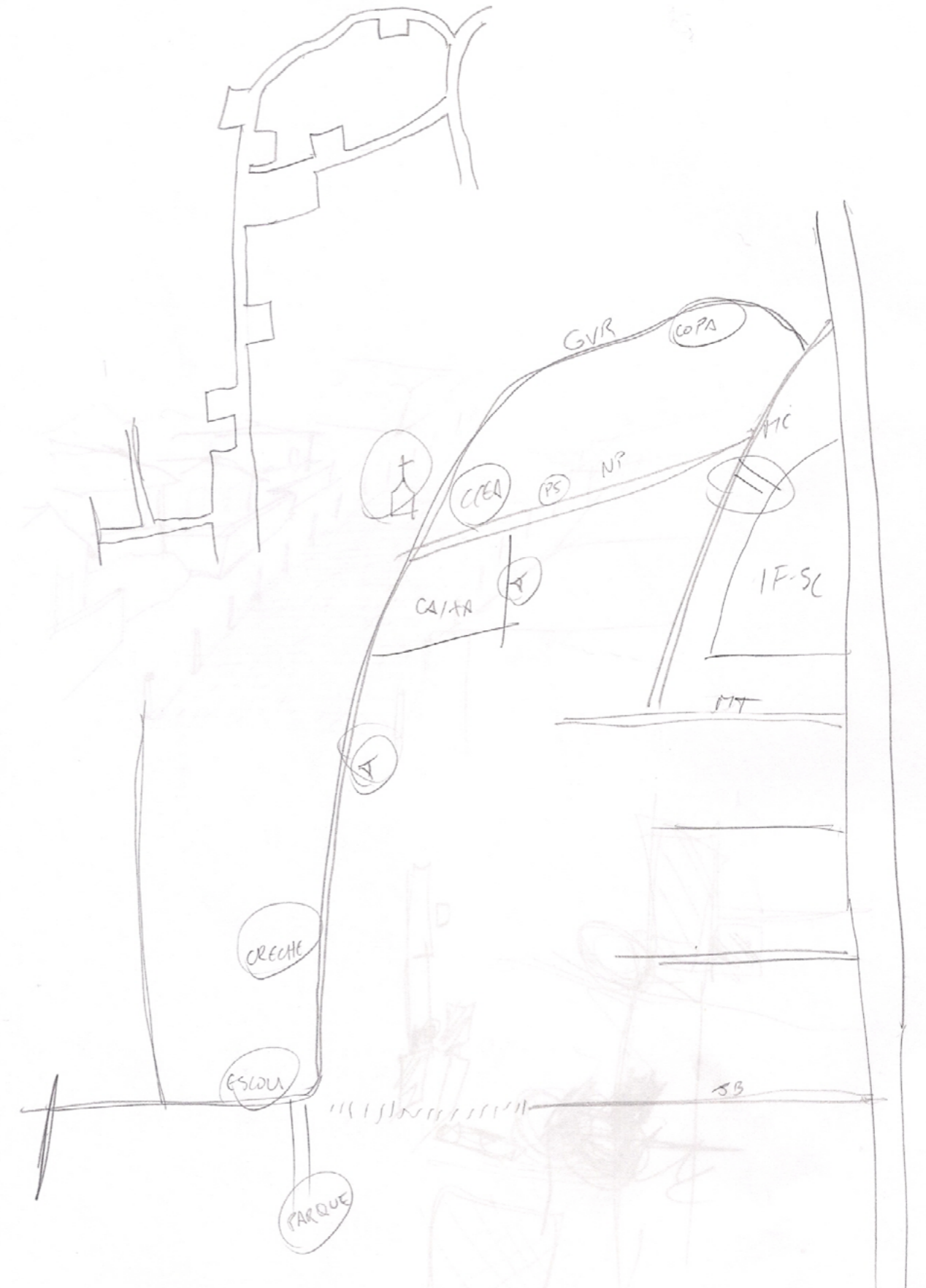
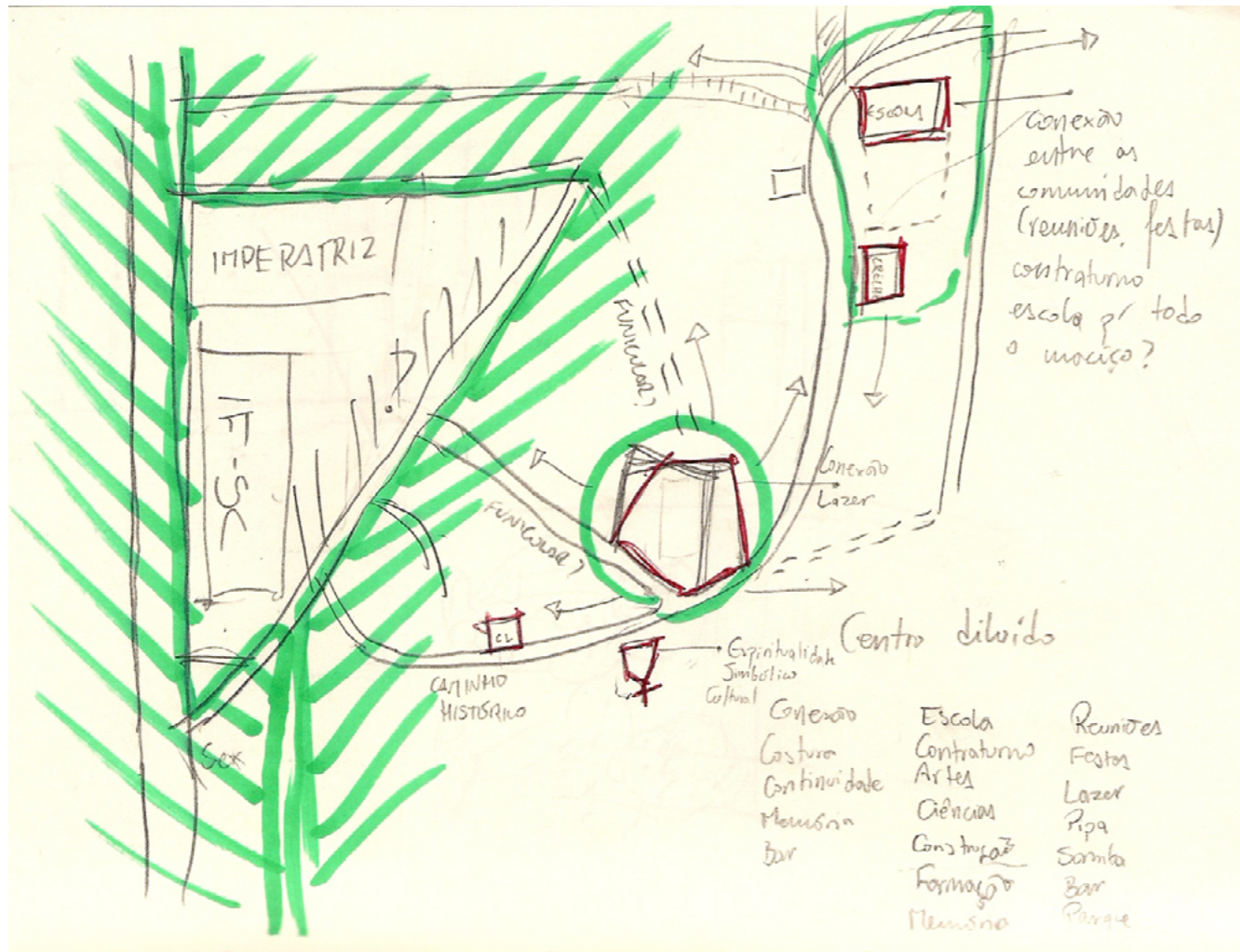


ANEXO 2

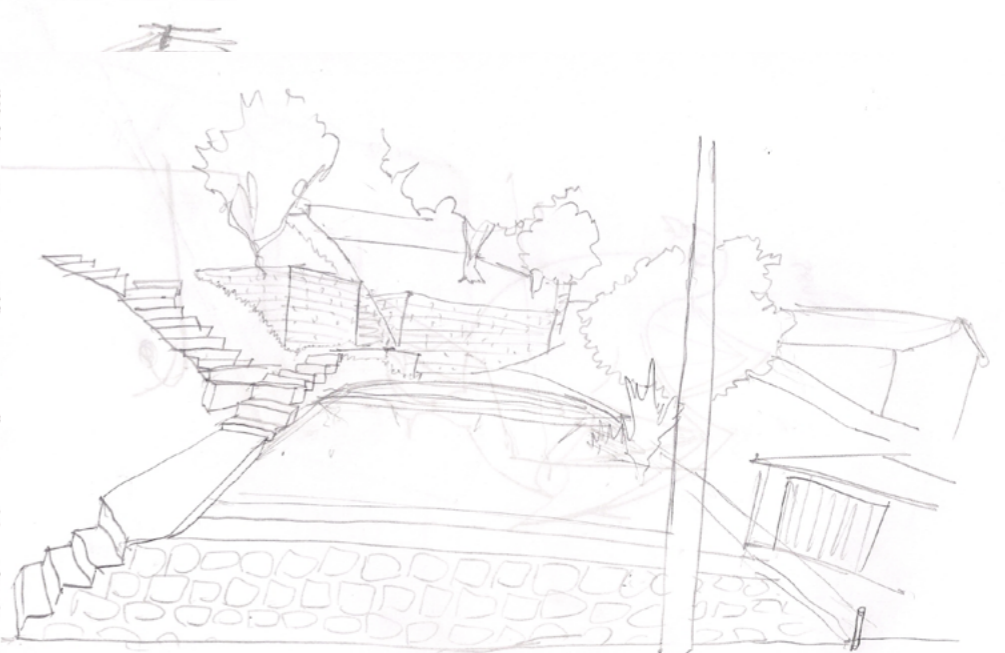
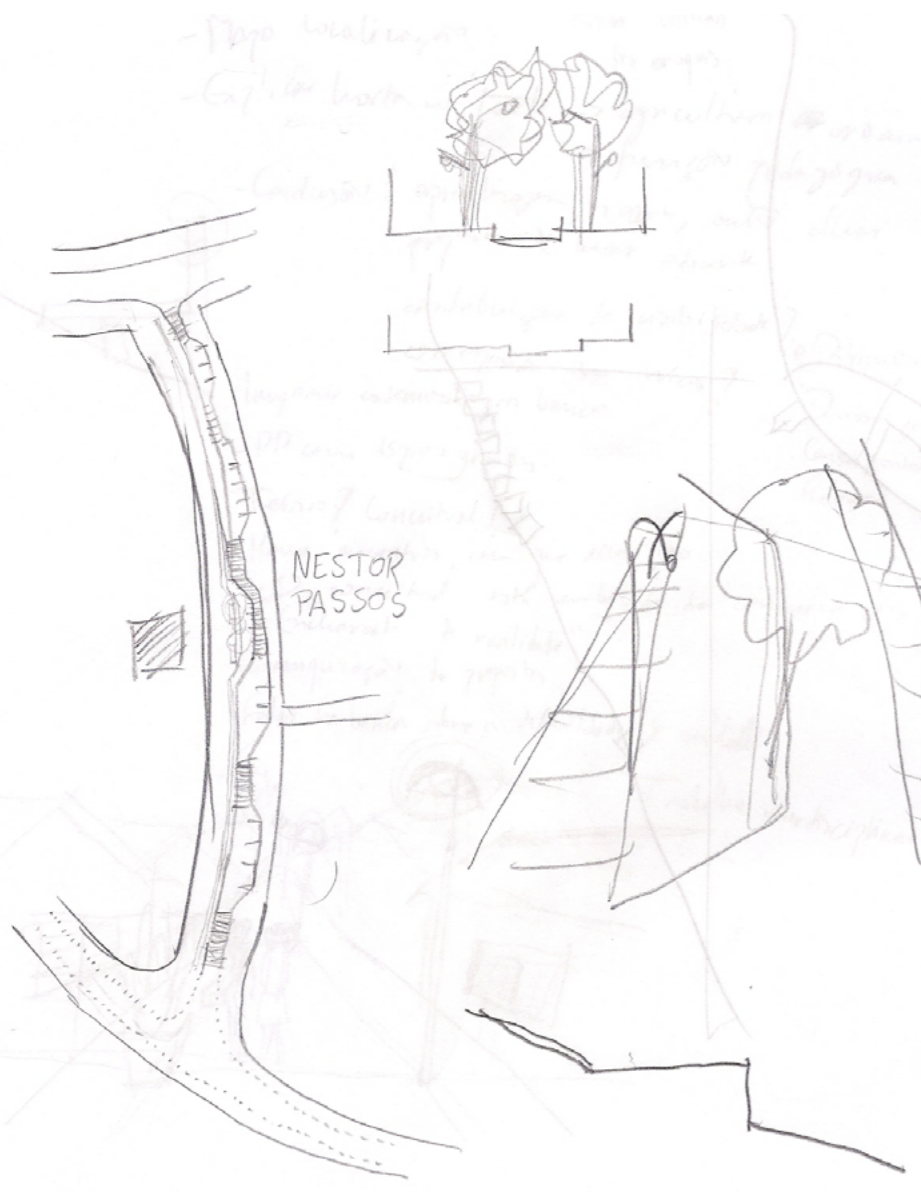
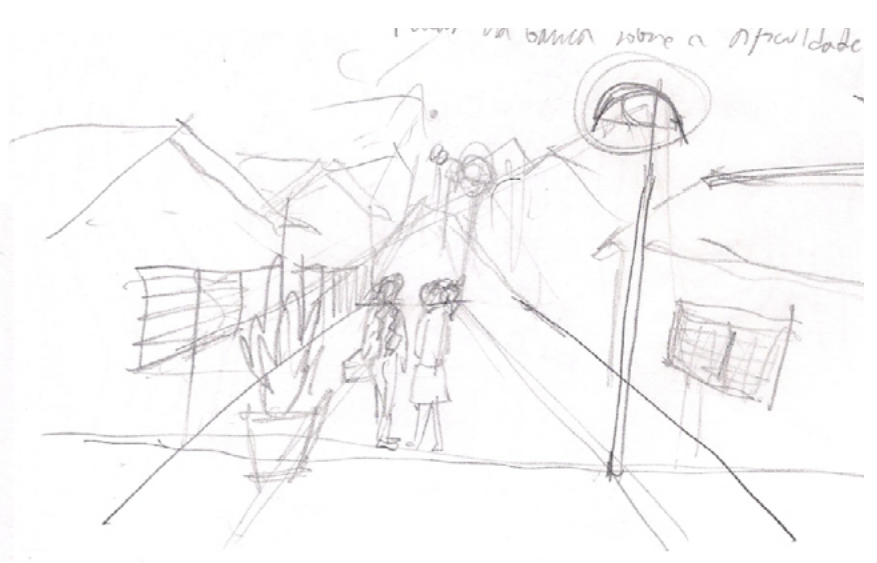
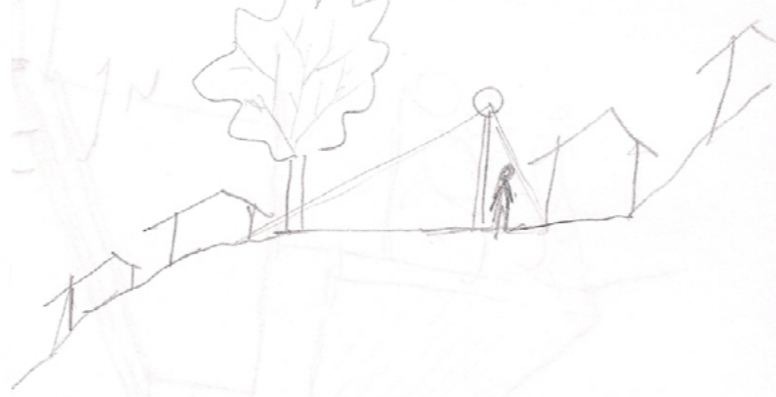
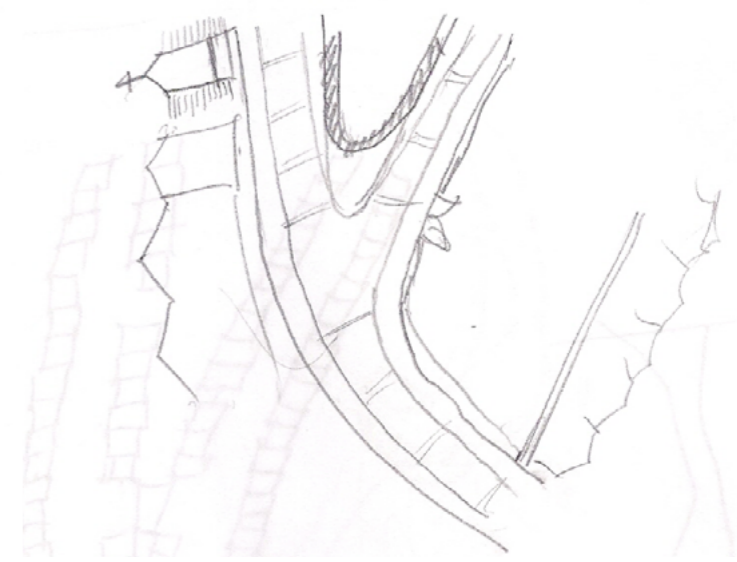
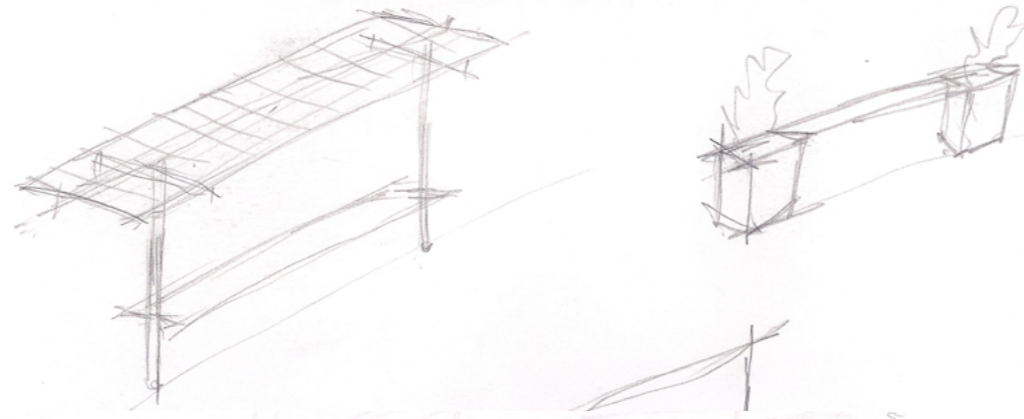
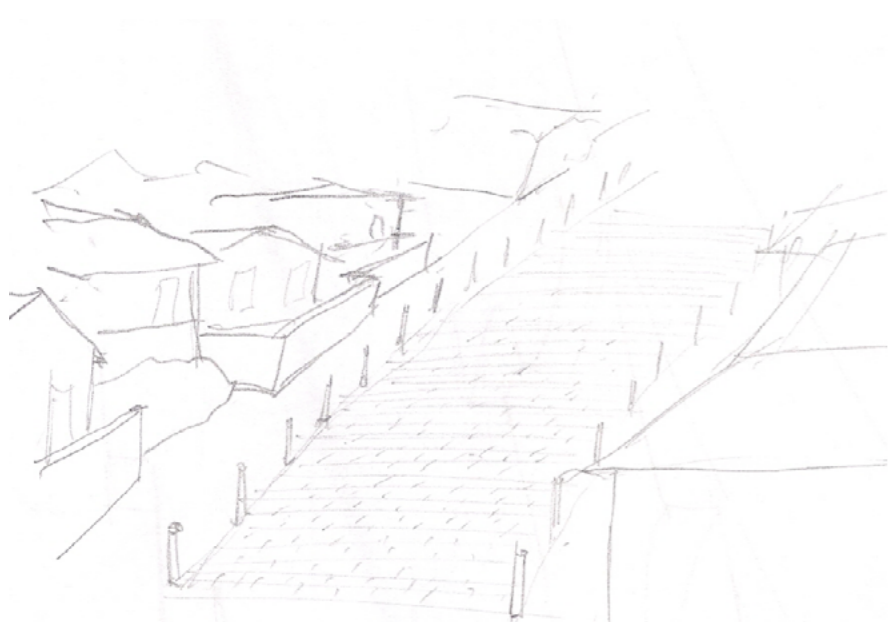
CROQUIS DE DESENVOLVIMENTO



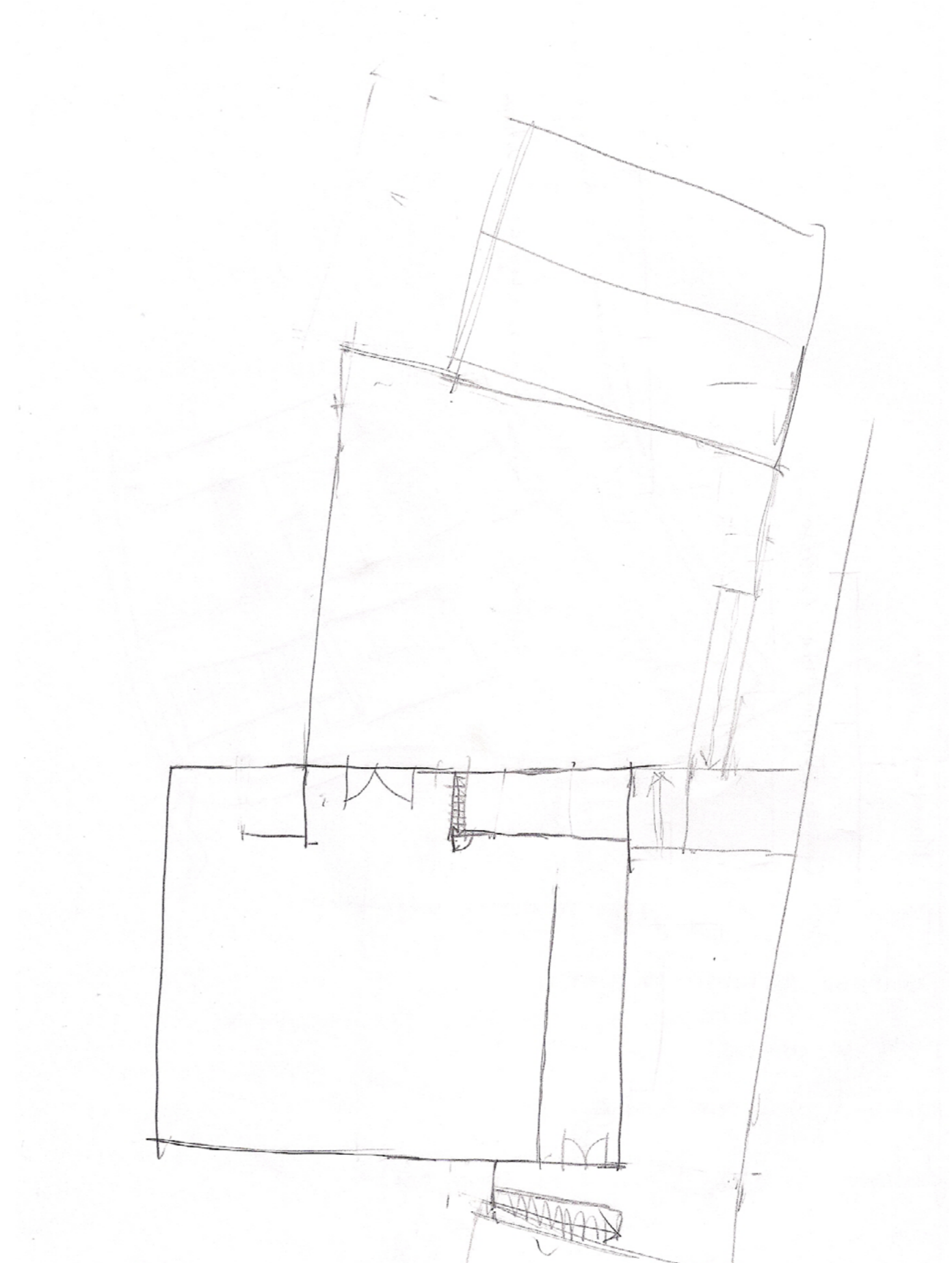
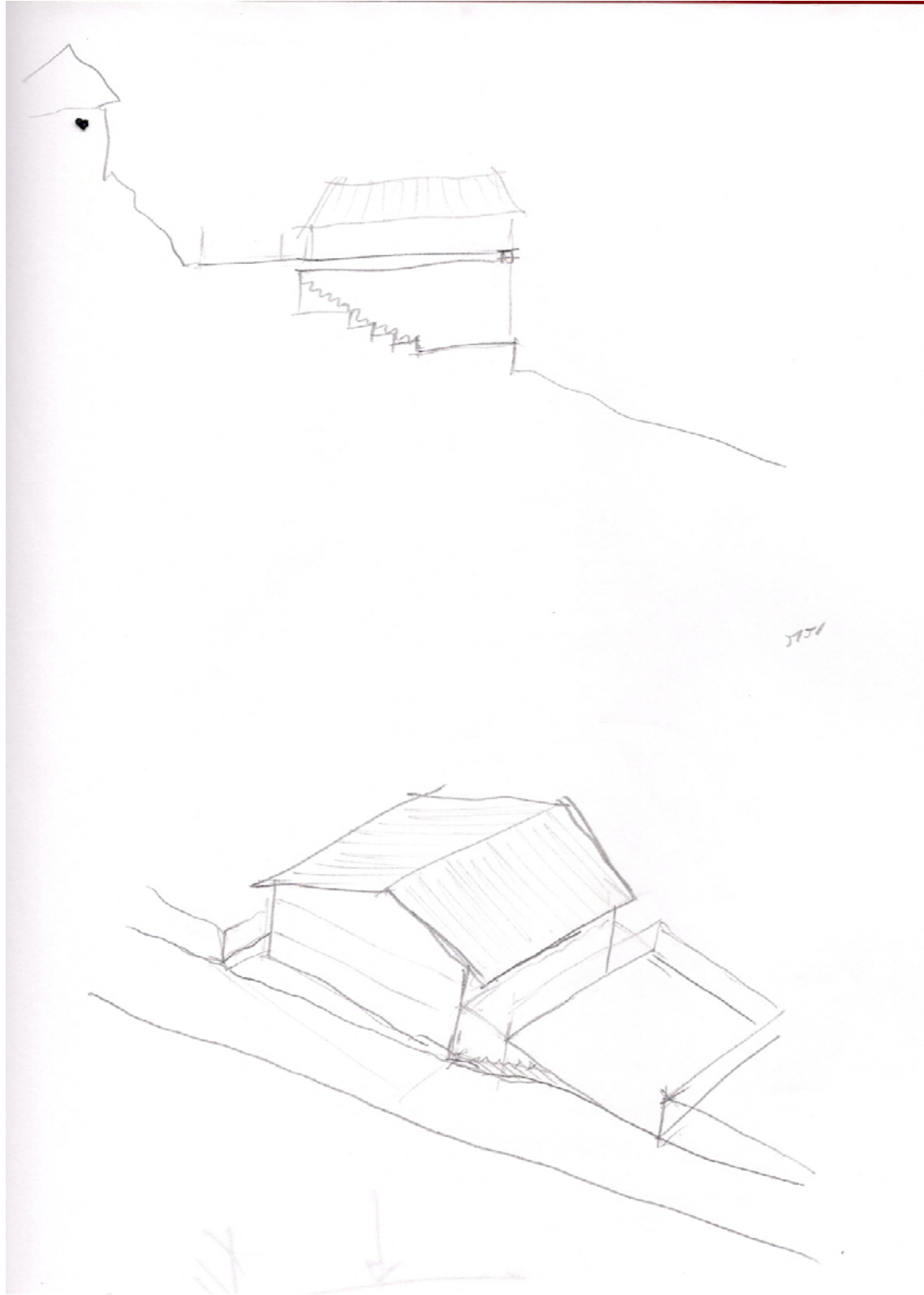
PROPOSTA GERAL



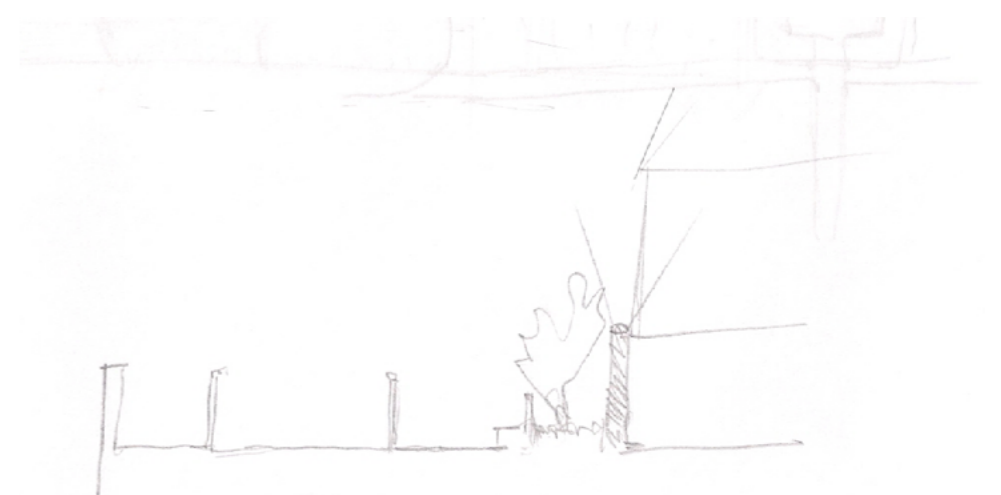
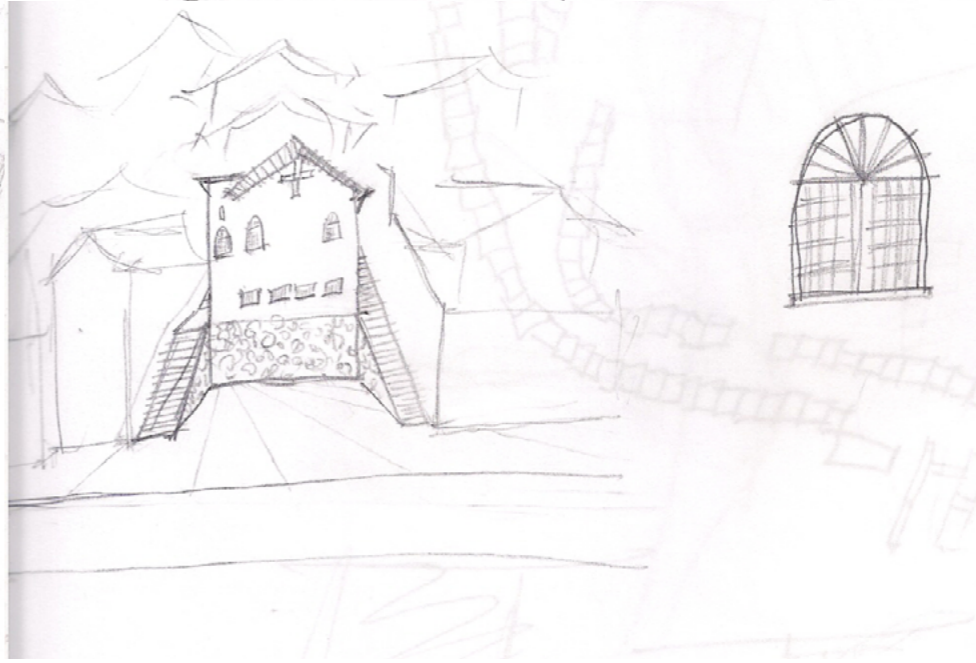
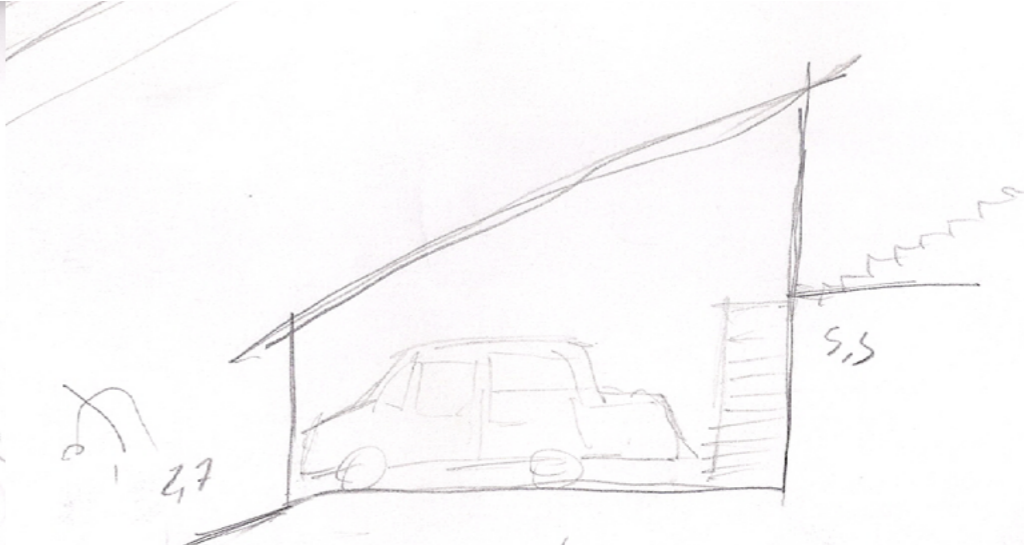
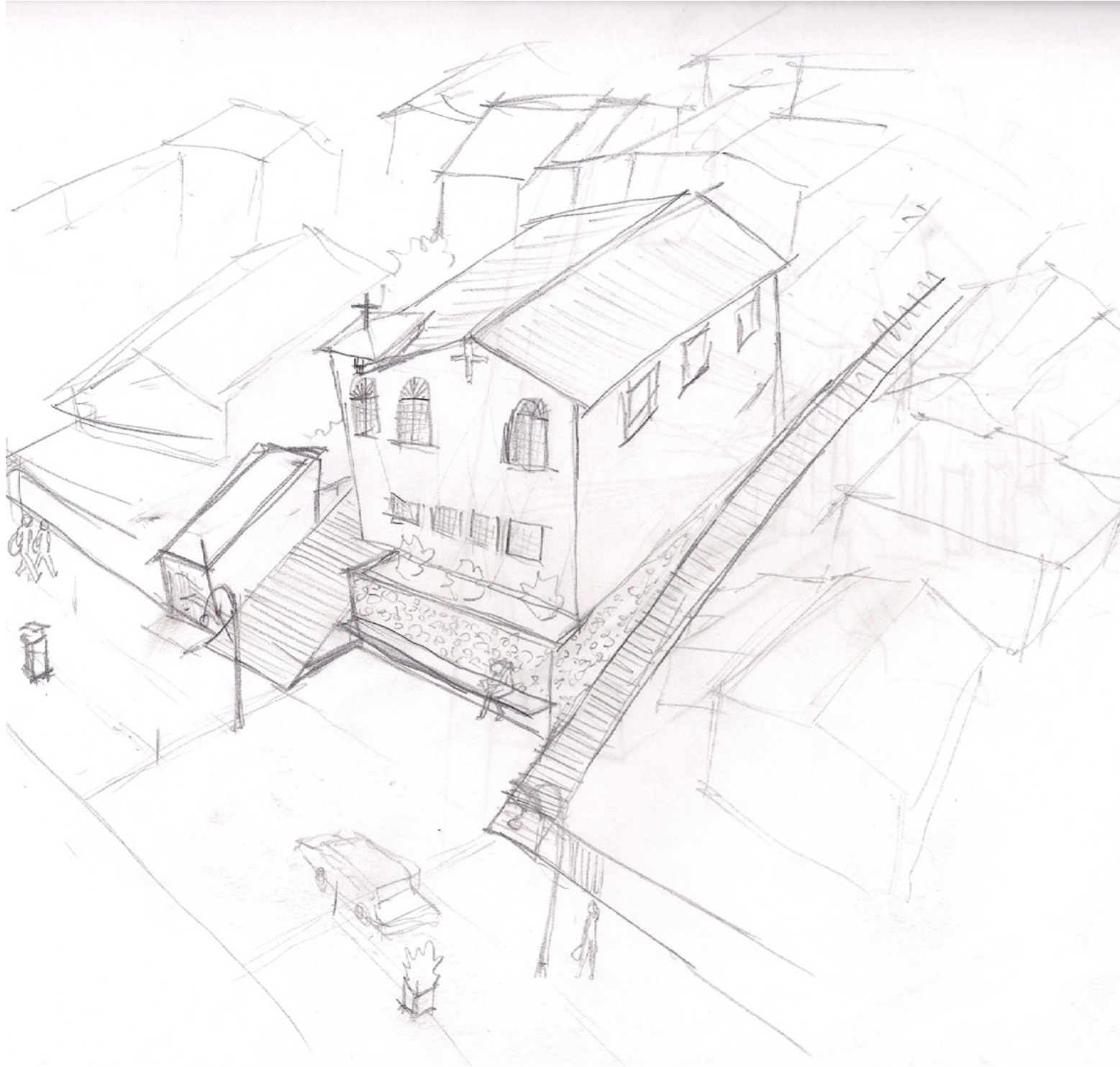
RUA / MOBILIÁRIO URBANO



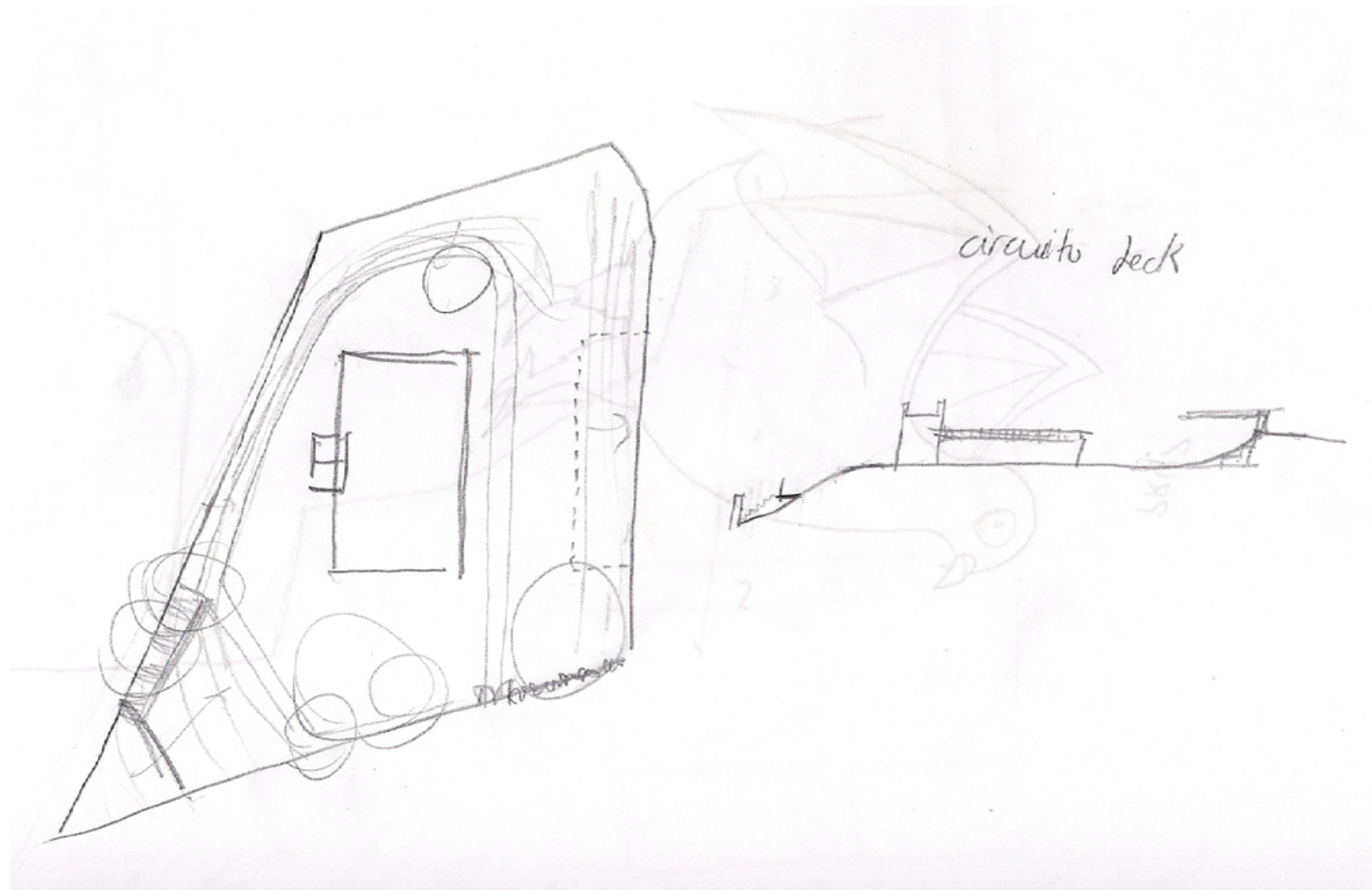
COPA LORD



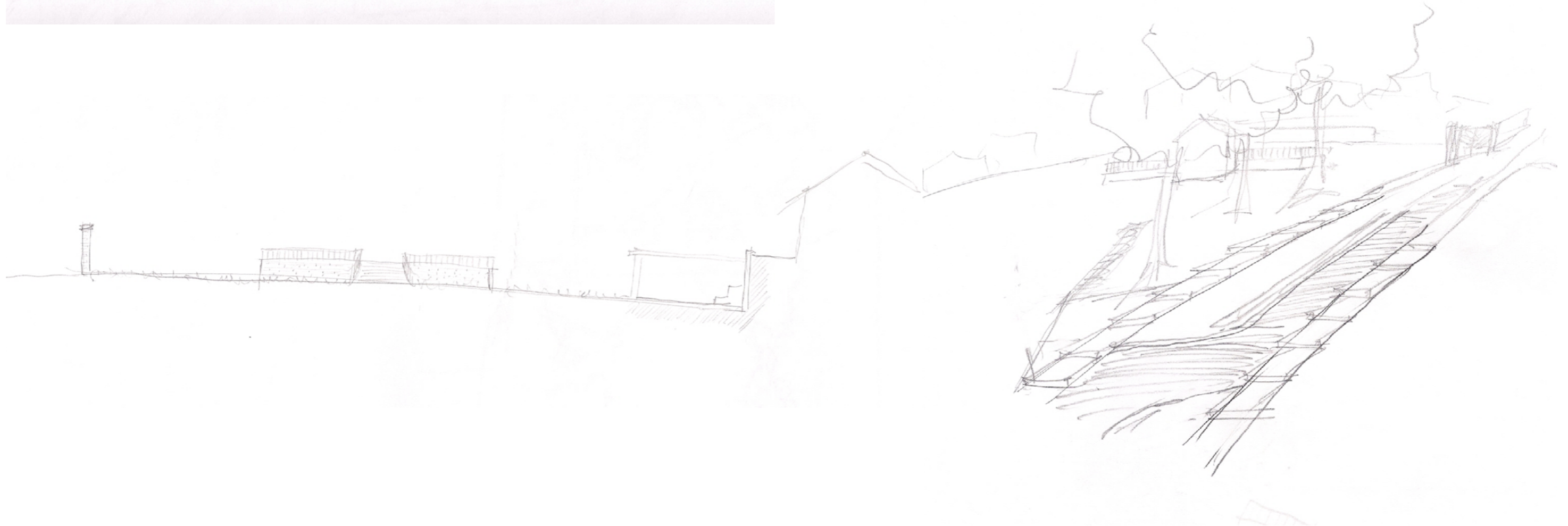
IGREJA



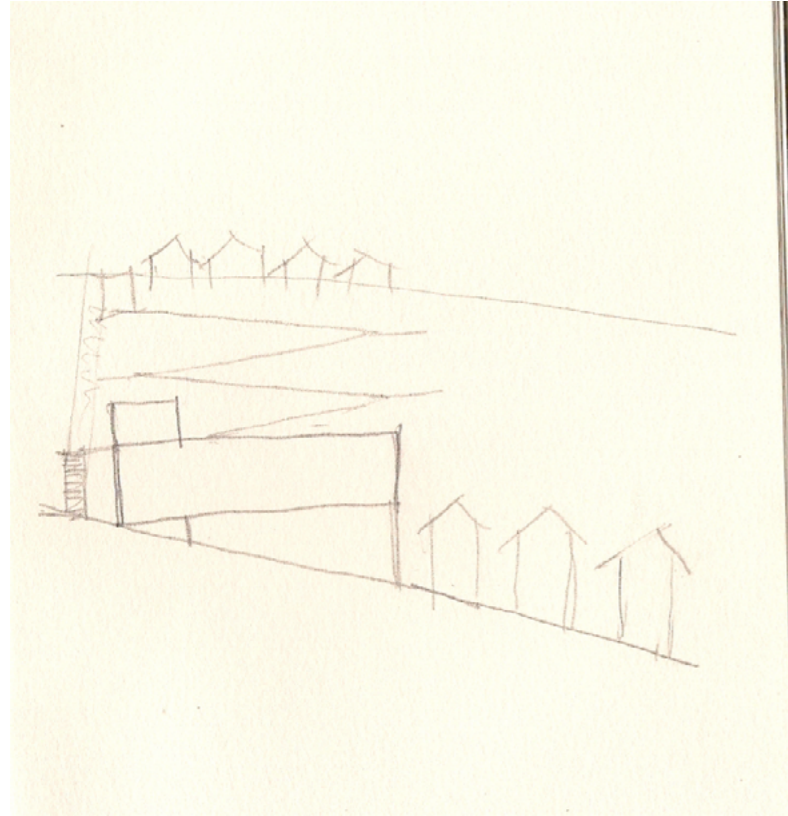
CAIXA D'ÁGUA



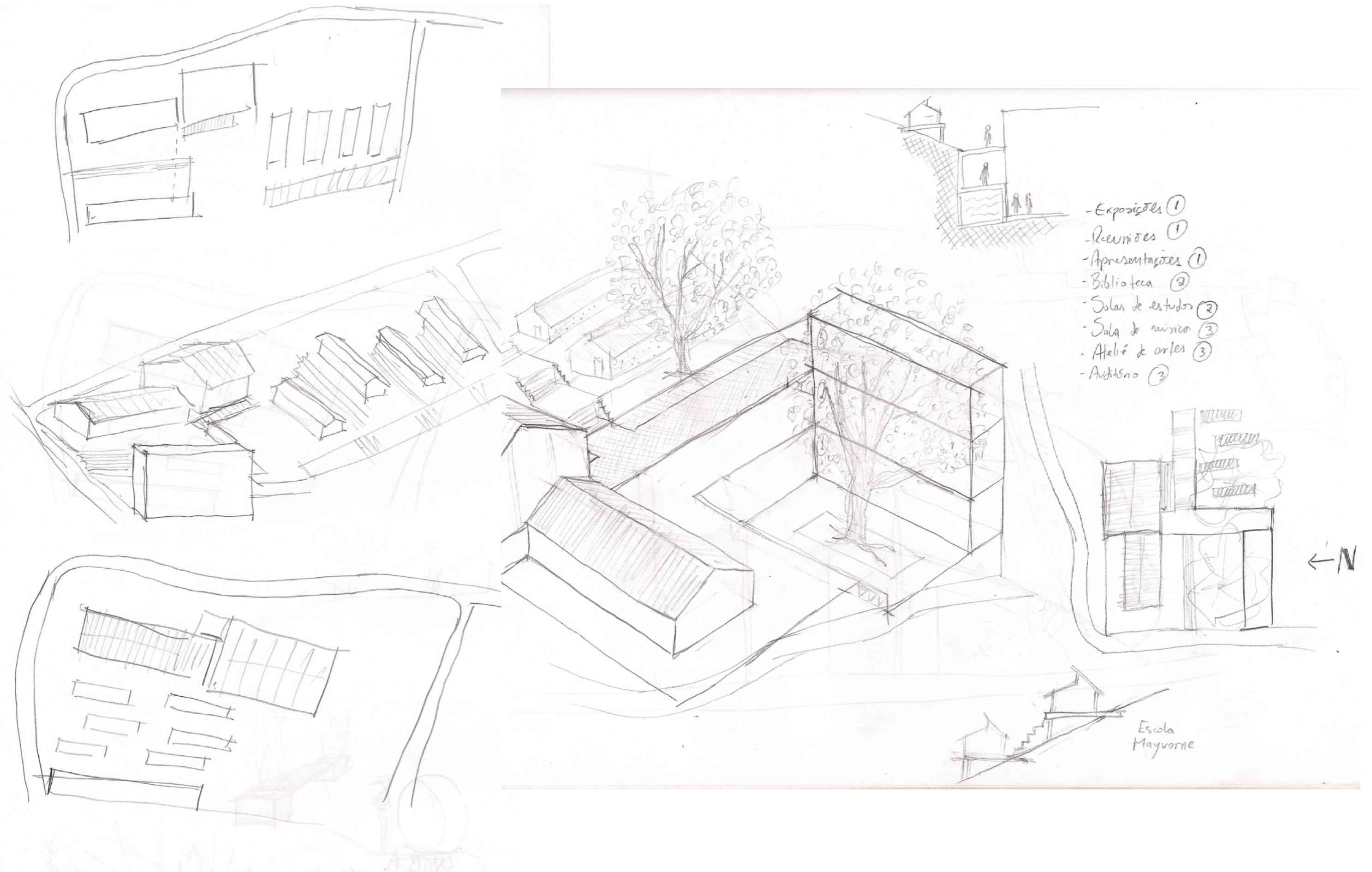
Major Costa
Un R
1F-SC
Un R



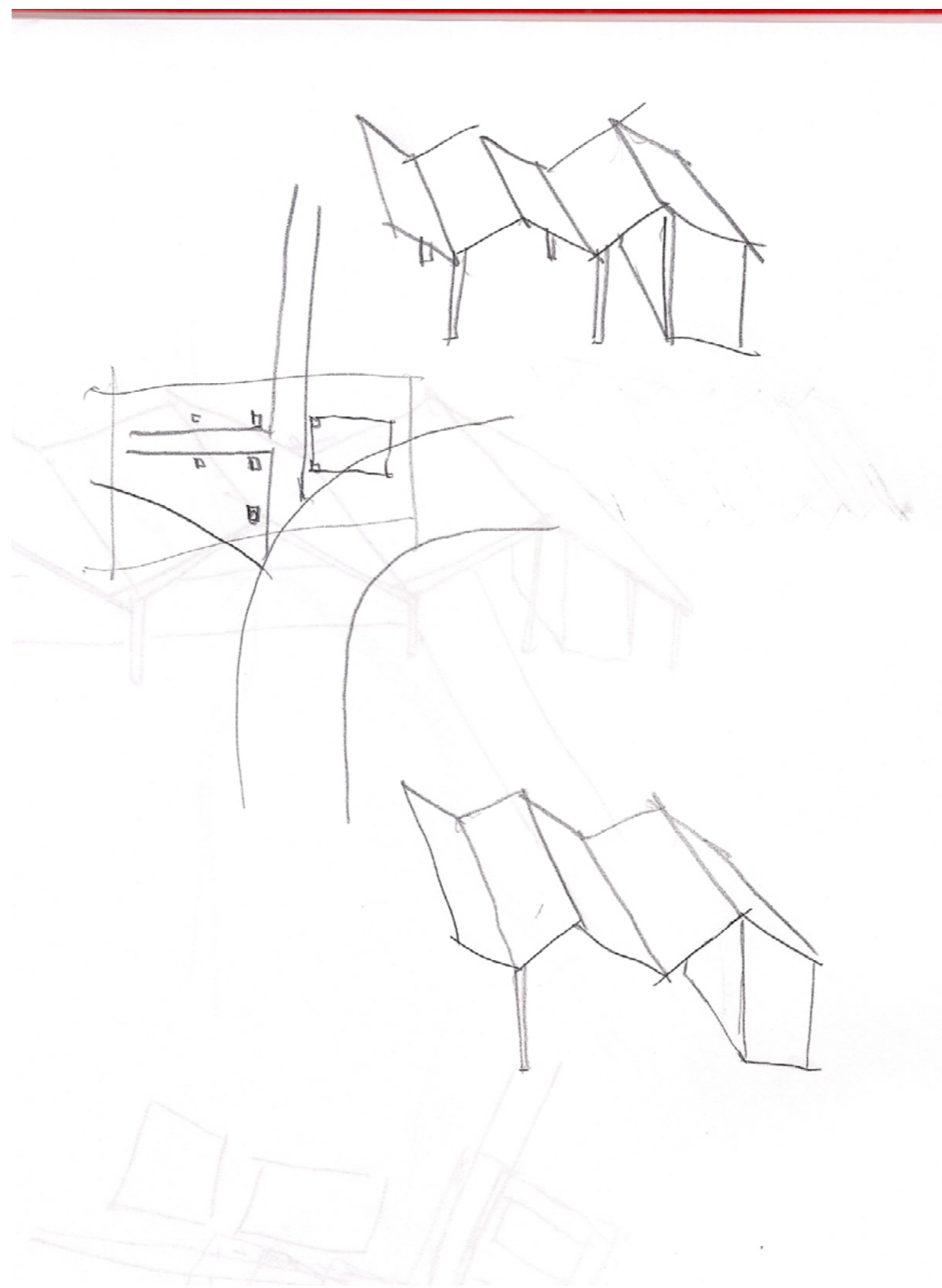
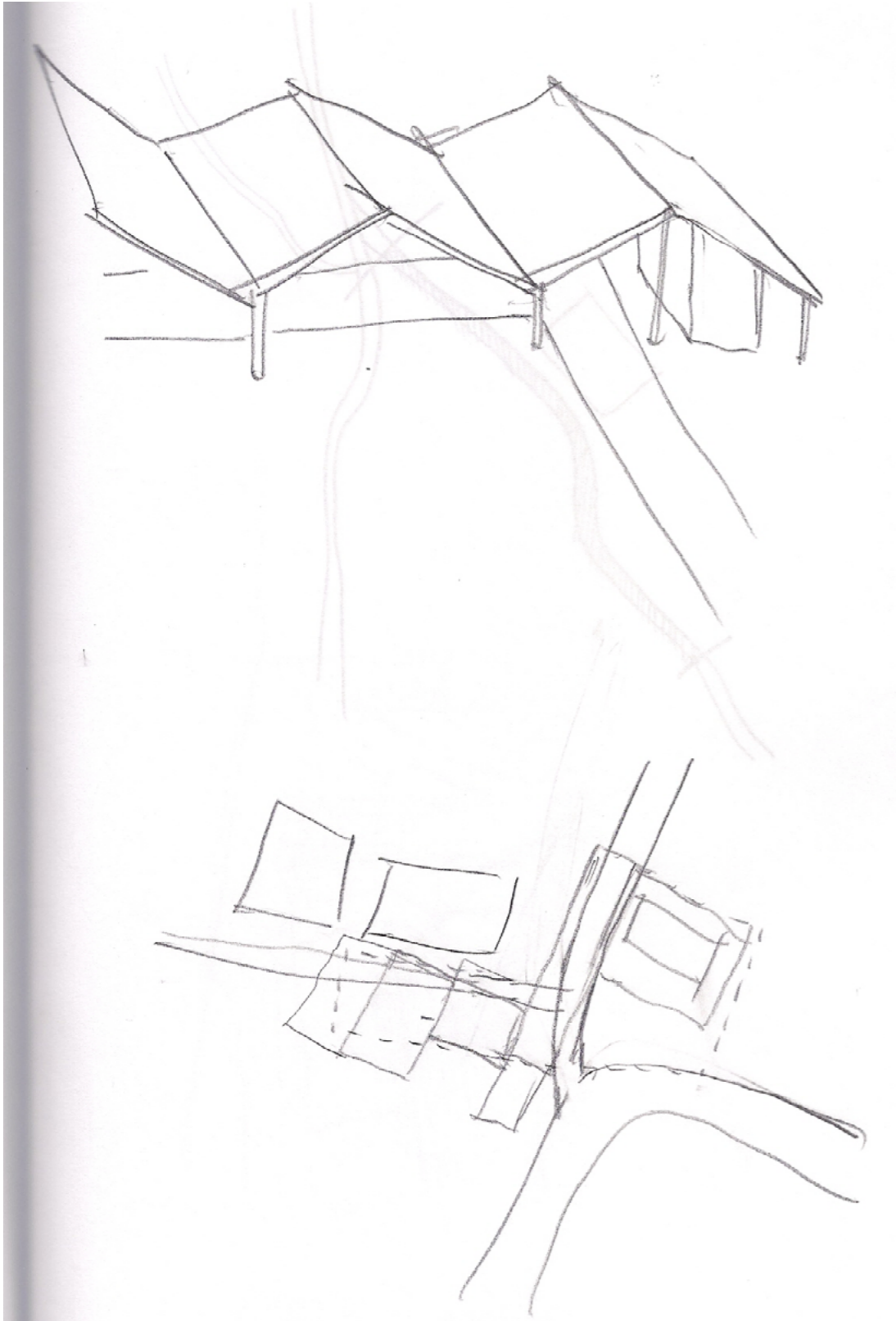
POSTO DE SAÚDE



ESCOLA



FUNICULAR



BORDA DO PARQUE

